

PRÁTICAS FEMINISTAS DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA



AUTONOMIA DAS MULHERES E AGROECOLOGIA
NO VALE DO RIBEIRA

sof

PRÁTICAS FEMINISTAS DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

AUTONOMIA DAS MULHERES E
AGROECOLOGIA NO VALE DO RIBEIRA

São Paulo, 2018



**Práticas feministas de transformação da economia
Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**

Publicação da SOF Sempre Viva Organização Feminista

Coordenação editorial

SOF Sempre Viva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36
Pinheiros – São Paulo/SP
CEP 05417-080
(11) 381.93876
www.sof.org.br
sof@sof.org.br

Equipe editorial

Elaboração dos textos: Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori e Vivian Franco.
Carla Jancz (coletivo Actantes e Maria Lab) e Rosana Miranda (Christian Aid)

Agradecemos à Fabiana Ribeiro, Isabelle Hillenkamp, Giovanna Galeotti, Monika Otterman e Natália Lobo
pelos relatórios de atividades que foram subsídio a esta publicação.

Edição de texto: Aventura da Narração. Alessandra Ceregatti, com a colaboração de Sandra Maria Sebben

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol

Ilustração da capa, encarte e das páginas 37, 43 e 75: Leila Monsegur

Fotos: Adriano Barbosa, Carla Vitória, Gláucia Marques, Mariana da Matta, Monika Otterman, Rosana Miranda, Sheyla Saori,
Arquivo REDE

Apoio: Fundo Newton do Conselho Britânico

Parceria: Christian Aid

Impressão: Pigma Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 1.000 exemplares

Esta obra foi licenciada com uma Licença  *Creative Commons – Atribuição –
Uso Não Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 4.0 Internacional.*

SOF Sempre Viva Organização Feminista

N754 Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres
e agroecologia no Vale do Ribeira / Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam
Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco.
São Paulo: SOF, 2018. 84p.

ISBN 978-85-86548-29-1

1. Feminismo 2. Economia feminista 3. Agroecologia 4. Autonomia
I. Título

SUMÁRIO

- 4 APRESENTAÇÃO
- 7 INTRODUÇÃO E CONTEXTO
- 13 PRINCÍPIOS E CONTEÚDOS QUE NOS ORIENTAM
 - 14 FEMINISMO ANTI-RACISTA E ANTI-CLASSISTA
 - 16 ECONOMIA FEMINISTA: A VIDA NO CENTRO DA ECONOMIA
 - 19 AGROECOLOGIA
 - 22 ECONOMIA SOLIDÁRIA
 - 26 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS
- 31 PRÁTICAS METODOLÓGICAS: APRENDIZADOS DO TRABALHO DE CAMPO
 - 32 AUTONOMIA DAS MULHERES
 - 32 TEMPO: DINÂMICA DO RELÓGIO
 - 33 ESPAÇO: DESENHO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO
 - 34 NOSSO CORPO
 - 41 REDES AUTÔNOMAS DE COMUNICAÇÃO
 - 43 TRABALHANDO A AUTOGESTÃO DO GRUPO: OFICINA DO BALAIO
 - 46 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS FEMINISTAS
 - 47 TROCAS DE EXPERIÊNCIAS
 - 48 MANEJO ECOLÓGICO DOS SOLOS
 - 51 ENERGIA
 - 52 ÁGUA
 - 56 PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO E DIVERSIDADE
 - 57 SEMENTES E MUDAS: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
 - 58 ADUBAÇÃO VERDE, CALDAS E HOMEOPATIA
 - 58 ADUBAÇÃO VERDE, O QUE É?
 - 58 CALDAS BIOFERTILIZANTES
 - 59 HOMEOPATIA
 - 61 CADERNETAS AGROECOLÓGICAS
 - 64 COMERCIALIZAÇÃO
 - 64 TECENDO A REDE COM OS GRUPOS DE CONSUMO
 - 67 OUTROS CANAIS: FEIRAS E MERCADOS INSTITUCIONAIS
 - 71 PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE CERTIFICAÇÃO
 - 74 UM JOGO PARA ENTENDER A CADEIA DA COMERCIALIZAÇÃO
 - 84 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: CONSTRUINDO INDICADORES DE AUTONOMIA DAS MULHERES
- 84 BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

No ano de 1998, a Sempreviva Organização Feminista (SOF) publicou o Caderno “Gênero e agricultura familiar”, relatando um processo de construção coletiva do conhecimento que envolveu mulheres rurais de movimentos autônomos de mulheres, do movimento sindical e de ONGs do campo agroecológico. Essa semente cresceu e deu muitos frutos. Da reflexão em torno a conceitos descritivos como “gênero” e “agricultura familiar”, fomos caminhando para a afirmação de posicionamentos políticos alternativos: “feminismo”, “soberania alimentar” e “agroecologia”¹.

Essa trajetória tem sido compartilhada com várias companheiras, muitas das quais se articulam no Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) ou na Rede Economia e Feminismo (REF). Com elas participamos de processos de construção conjunta de políticas públicas de fortalecimento da autonomia econômica das mulheres rurais. É o caso das chamadas públicas para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em agroecologia e para mulheres, realizadas pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA). E assim nos sentimos interpeladas a responder à chamada pública de ATER Mulheres no Vale do Ribeira, região onde já contribuíamos para a construção da Marcha Mundial das Mulheres e de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. A execução da política de ATER acontecia ao mesmo tempo em que mantínhamos os princípios de construção conjunta do conhecimento, característica fundamental do nosso feminismo e da agroecologia².

1. Para um relato desta trajetória ver Nobre 2013.

2. Para uma reflexão sobre construção do conhecimento agroecológico a partir do debate realizado pela REF ver <http://www.sof.org.br/2018/02/26/sintese-2014>

A SOF iniciou sua atuação na região em 2009, buscando construir nos territórios as condições para o acesso efetivo das mulheres às políticas. Já entre dezembro de 2015 e março de 2017, trabalhamos com ATER para mulheres com base agroecológica junto a 240 agricultoras familiares, pescadoras artesanais, quilombolas e indígenas de 13 municípios. Nesse processo, criamos ou fortalecemos 15 grupos de mulheres.

Como é comum em regiões ricas em natureza e diversidade cultural e pobres em infraestrutura e renda, quando chegamos havia muita desconfiança: “é mais um projeto”. Grande parte das iniciativas de projetos que acontecem no Vale do Ribeira são relacionadas à infraestrutura e seguem um padrão único que não escuta o que as comunidades querem fazer e não as acompanha quando as dificuldades começam a aparecer. Tínhamos o desafio de superar esse tipo de atuação.

Aos poucos, fomos construindo com as mulheres uma relação de confiança e de despertar para as possibilidades de crescimento. Nossa atuação se pautou pela auto-organização das mulheres em coletivos em suas comunidades, pelo reconhecimento do trabalho que elas realizam e dos conhecimentos que elas já detêm, pelo diálogo de saberes e a reflexão conjunta sobre os desafios em diferentes ordens, de infestação de caramujos até o fechamento das escolas rurais. Respondendo às demandas de cada grupo, fomos inventando jeitos de lidar com a produção, a comercialização e a participação política.

A reflexão sobre nossa prática em conjunto com as agricultoras se aprofundou por meio de uma pesquisa-ação realizada em conjunto com o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), da França, e o Instituto de



Altos Estudos em Desenvolvimento (IHEID), de Genebra, na Suíça. Essa pesquisa se insere nos marcos do projeto “Análises feministas da economia social e solidária: visões da América Latina e Índia”, que buscou debater como as experiências de economia solidária podem ou não ir além da visão tradicional do que é trabalho e do que é produção para pensar em outras formas de organizar a produção da vida. No Vale do Ribeira, a pesquisa nos ajudou a pensar como superar as fragmentações do sujeito (mãe, esposa, agricultora), as especializações das organizações (comercialização, direitos territoriais e segurança alimentar) e situar alternativas em um território em concreto. As reflexões continuam na parceria com pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) nos marcos do projeto “Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres”, do qual também participa a Associação Mulheres e Economia Solidária (Amesol).

A partir de março de 2017, a atuação da SOF no Vale do Ribeira continuou por meio da constituição de um Programa de Capacitação em conjunto com a ONG Christian Aid e com o apoio do Fundo Newton do Conselho Britânico. A formação se estruturou em três eixos: autonomia pessoal e coletiva das mulheres, práticas agroecológicas e construção social de mercados.

Entre abril e dezembro de 2017, foram realizadas 63 atividades, juntando duas ou mais

comunidades e agricultoras e participantes dos grupos de consumo, além de um grande seminário “Economia feminista e solidária redesenhando o território” (<http://www.sof.org.br/2017/10/24/desafios-alternativas-e-organizacao-das-mulheres-do-vale-do-ribeira-sao-debatidos-em-seminario-e-feira/>) e um curso de formação de quatro dias (<http://www.sof.org.br/2017/11/27/mulheres-do-vale-do-ribeira-participam-de-formacao-sobre-economia-feminista-e-agroecologia/>). Participaram de todo este processo 238 mulheres e 29 homens.

Nesta publicação, compartilhamos nosso percurso formativo, que passa por uma introdução sobre o contexto da região, os princípios que nos guiam e as práticas metodológicas sobre as quais nos apoiamos na construção da autonomia das mulheres rurais e da agroecologia.

Agradecemos às mulheres agricultoras familiares, quilombolas, indígenas e caiçaras do Vale do Ribeira por vivenciar esta jornada conosco. Às companheiras e companheiros dos grupos de consumo solidário que constroem os caminhos pelos quais compartilhamos alimento e autonomia. Às companheiras das instituições de ensino e pesquisa, do GT de Mulheres da ANA e da Marcha Mundial das Mulheres que, em cada uma de suas áreas de atuação, vão liberando territórios, metro quadrado por metro quadrado.

As semprevivas



INTRODUÇÃO E CONTEXTO

O Vale do Ribeira, situado no extremo sul do estado de São Paulo, é a maior área de remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil. A presença de inúmeras comunidades tradicionais tornou possível a conservação destas áreas. Na região estão presentes 24 aldeias indígenas da etnia guarani, 66 comunidades quilombolas¹ e 7.037 estabelecimentos da agricultura familiar que envolvem camponeses tradicionais (os caipiras), pescadores tradicionais (caiçaras) e migrantes oriundos das metrópoles brasileiras, em geral, filhos de pais agricultores expulsos da terra no passado e empurrados para áreas urbanas e que agora retornam à atividade rural.

Com uma área de cerca de 18 mil quilômetros quadrados, o Vale do Ribeira compreende 25 municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuá Paulista, Itariri, Jacupiranga, Jiquiá, Jiquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí. Segundo o Censo Demográfico 2010, sua população é de 443.231 habitantes, sendo que quase 26% vivem em área rural. Do total de habitantes, 50,2% são homens e 49,8% mulheres (IBGE, 2011).

I UM POUCO DE HISTÓRIA

Em 1969, durante a ditadura militar, um período em que o país era governado de forma autoritária, violenta e sem democracia, foi criado na região o Parque Estadual de Jacupiranga, com 150 mil hectares. Na área do Parque esta-



vam seis municípios, várias comunidades tradicionais que há tempos já viviam ali, bem como agricultores migrantes que se estabeleceram na região e ainda fazendeiros criadores de gado. Pelos critérios de conservação, a atividade agrícola não poderia ser feita na área do Parque.

Em 1970, a guerrilha rural de Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), se instalou na região e foi fortemente reprimida pelo Estado. Os conflitos fundiários com a incerteza nos limites das áreas, a sobreposição com áreas de parque, a grilagem de terras e a extração ilegal de madeira e palmito juçara se acentuam durante a ditadura militar e ainda têm elementos de continuidade, com momentos de maior ou menor tensão.

Em meados dos anos 1980, o fim da ditadura militar recoloca na agenda política a luta pela reforma agrária e o direito à terra. Os conflitos fundiários se acentuam na região com o assassinato de agricultores por jagunços e a criminalização de práticas tradicionais de roçado e manejo florestal. Sindicatos, associações e pastorais sociais foram se organizando na região nesse período e aumentando sua combatividade, o que levou ao estabelecimento de agendas de negociação com o poder público. A década de 1980 também foi um período de aumento da especulação imobiliária na região, com a

1. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia, o termo quilombo se refere a "toda comunidade negra rural que agrupa descendentes de escravos que vivem da agricultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm laços fortes com o passado".

valorização das terras decorrente das melhorias das estradas que cortam a região e o parque, como a rodovia Regis Bittencourt (BR-116).

Já nos anos 1990, grandes empresas atuaram para implementar barragens na região do Vale do Ribeira. É o caso da tentativa de construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, proposta derrotada somente em 2018², depois de quase 30 anos de luta das comunidades da região, coordenadas pelo Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Em 2008, foi criado o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (Mosaico do Jacupiranga), área com 234.000 ha, contendo três Parques, cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) e duas Reservas Extrativistas (Resex). A criação do Mosaico do Jacupiranga e de canais de diálogo com as comunidades afetadas diminuiu as tensões, mas não resolveu todos os problemas. Algumas famílias que permaneceram dentro das áreas de parque questionam os limites definidos.

Ao longo dos anos 2000, particularmente a partir de 2003, com a eleição de um governo democrático-popular, a região experimentou alguns avanços. São implementados diversos programas e políticas públicas que buscam combater a desigualdade, garantir os direitos à cidadania, fomentar a organização produtiva e a agricultura familiar, promovendo uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário.

Por outro lado, apesar da publicação do decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003, que

EXEMPLOS DE PROGRAMAS IMPLEMENTADOS OU FORTALECIDOS ENTRE 2003 E 2016

- Obrigatoriedade de compra progressiva da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
- Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher
- Assistência Técnica Setorial para Mulheres
- Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais
- Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher
- Titularidade no benefícios sociais Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida e de garantia de renda (Garantia Safra)
- Incorporação de metas específicas para mulheres rurais em diversos planos nacionais, como o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) e o Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), além das metas pactuadas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) e no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS)

regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, a questão continua a ser fruto de tensões com a maioria dos quilombos da região, ainda sem a regularização definitiva de sua situação fundiária.

Também é a partir de 2003 que se criam legislações, estruturas governamentais e a programas especificamente voltados à promoção da autonomia econômica das mulheres, como

2. <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/justica-declara-extinta-concessao-para-usina-no-vale-do-ribeira-sp.ghtml>



a chamada pública de ATER para mulheres com base na agroecologia. Outro aspecto muito importante é a efetivação da dupla titularidade da terra. Essas políticas proporcionaram às mulheres o direito a serem protagonistas e beneficiárias diretas de diversos programas e políticas de inclusão produtiva.

I CENÁRIOS E DESAFIOS APÓS O GOLPE NO BRASIL

Em maio de 2016, a ruptura da ordem institucional brasileira por meio de um golpe parlamentar definiu uma profunda reorientação de todas as políticas anteriormente estabelecidas que visavam reduzir a desigualdade social. O Ministério do Desenvolvimento Agrário deixou de existir, abruptamente reduzido a uma instituição menos relevante, recebendo orçamentos restritos e conduzida por uma equipe muito menor. As políticas relacionadas aos direitos das mulheres foram extintas ou encolhidas para níveis de funcionamento mínimos e não foram lançados novos editais de ATER para mulheres. As antigas políticas de economia solidária administradas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) também foram drasticamente reduzidas. Soma-se a isso a aprovação em nível federal da Emenda Constitucional 55/241, de dezembro de 2016, que congelou por 20 anos as despesas públicas e teve como consequência imediata extensos cortes nos investimentos em programas sociais.

As mulheres das comunidades agrícolas e quilombolas do Vale do Ribeira sentiram o impacto dessa ruptura institucional. Além da interrupção do programa de ATER, o programa



RESISTÊNCIA CONTRA OS AGROTÓXICOS

- São muitos os desafios para a atuação das mulheres na defesa dos territórios, de seu trabalho e de sua autonomia. No Vale do Ribeira, as lutas pela terra, por soberania alimentar e pela produção agroecológica enfrentam a contaminação dos alimentos e da água pelos agrotóxicos. Também enfrentam as empresas transnacionais do agronegócio, que dominam a indústria mundial da alimentação, controlam desde as sementes até a comercialização dos alimentos processados. Dois exemplos de como isso se expressa no Vale do Ribeira.
- No município de Eldorado, territórios indígenas como a aldeia Takuari fazem divisa com Unidades de Conservação e com latifúndios com monocultivo de bananas. As mulheres indígenas relatam que todos os dias são atingidas pela pulverização aérea de agrotóxicos, contaminando seus territórios, suas produções e seus corpos.
- O agronegócio também se aproveita da divisão sexual do trabalho. Em monocultivos de banana, também em Eldorado, as empresas contratam mulheres por salários 30% mais baixos com a tarefa de introduzir agrotóxicos na plantação utilizando seringas. Aproveitando-se do fato de que as mulheres são mais habilidosas, essas empresas as expõem ao Furadan, veneno utilizado nessa cultura e que inclusive na lei já foi extinta em países da União Europeia e no Canadá.



EM DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS, DA DEMOCRACIA E DE UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA

- A luta das mulheres no Vale do Ribeira também é por uma vida livre de violência sexista. A violência sexista é aquela que as mulheres sofrem porque são mulheres. Em lugares com muitos conflitos, com tentativas de controle e apropriação privada dos territórios, a violência contra as mulheres é mais um instrumento de intimidação. São muitos os relatos de agressão, de violência doméstica e de feminicídios, assim como de exploração sexual especialmente nas margens da rodovia.
- O Estado que deveria ter políticas públicas de promoção da autonomia das mulheres, atua apenas para controlá-las. A confiança necessária para que as mulheres denunciem situações de violência e acompanhem o desenrolar dos processos judiciais está comprometida no atual contexto. Para que elas se sintam fortalecidas e apresentem suas demandas ao Estado, a relação de confiança deve ser construída nas comunidades. Para que isso aconteça, a luta pela defesa dos territórios – terra, água, biodiversidade – e das formas próprias de gestão das comunidades tradicionais e camponesas também deve incorporar a consigna por um território livre de violência contra as mulheres.

nacional de transferências condicionais, Bolsa Família, sofreu cortes. Já o reconhecimento legal do direito à terra das comunidades quilombolas foi contestado por meio de um processo legal de inconstitucionalidade conduzido por um partido de direita, finalmente derrotado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Durante as antigas administrações populares, as transferências diretas do Bolsa Família eram vistas como uma renda básica, complementada por programas de incentivo à inclusão produtiva. Agora, assistentes sociais dos municípios têm a atribuição de controlar as atividades das mulheres agricultoras em busca de evidências de renda suficiente para excluí-las desse programa, criando tensão e fragmentação da identidade na vida das mulheres que são mães e agricultoras ao mesmo tempo.

Desde 2016, os conflitos agrários e ambientais no Vale do Ribeira voltaram a aumentar com a recente aprovação de leis que facilitam a gestão privatizada dos parques naturais e fomentam mecanismos de financeirização, como o Projeto Economia dos Ecossistemas e da Diversidade (Projeto TEEB). Um desses mecanismos, conhecido como Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD), utiliza áreas no Vale do Ribeira como compensação ambiental para o gerenciamento de áreas degradadas no mesmo bioma em outras regiões do país, conforme estabelecido pelo Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012 apesar da forte oposição. Tais mecanismos integram o conceito de “economia verde” e buscam estabelecer controles sobre a natureza por parte de grandes corporações financeiras e não o benefício da população que vive na região.

REDD

- Redd é a abreviação de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), um mecanismo de compensação voltado para as áreas de floresta. Como o desmatamento libera gases de efeito estufa, a ideia de REDD é manter um estoque de carbono mantendo a floresta em pé.
- São três tipos de Redd. O primeiro tem a ver diretamente com a redução das emissões do gás de efeito estufa provocado pelo desmatamento e a degradação. Já o Redd+ inclui também a conservação e o manejo sustentável das florestas, que se refere principalmente ao reflorestamento. E o Redd++ envolve também a agricultura desde uma visão de boas práticas, que incluem, por exemplo, o fim das queimadas, o que muitas vezes significa a criminalização de práticas tradicionais quilombolas.
- Vale lembrar que a maior parte das áreas de floresta se concentra nos países tropicais e em desenvolvimento. Por isso o REDD é uma estratégia que claramente empurra os problemas dos países do Norte para os países do Sul, interferindo na soberania destes. Nos territórios, são assinados contratos com comunidades e populações que muitas vezes não têm o título daquela terra, o que dificulta ainda mais os processos de titulação.
- Os contratos são de 30 a até 99 anos. Existem muitas tentativas de cooptação de lideranças e de divisão das comunidades com promessas de empregos e geração de renda. Mas ao aceitar o REDD, o que normalmente acontece é que as comunidades perdem o acesso àquela determinada área. Além disso, os poucos empregos que existem são os de guarda florestal.

TEEB E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

- O TEEB é a sigla para Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. Ela se baseia na ideia de considerar que a natureza proporciona “serviços”, como, por exemplo, a polinização feita por insetos e pássaros, a beleza das paisagens ou a qualidade de águas. O TEEB coloca um preço nesses “serviços” prestados pela natureza de uma forma controversa. Para isso, é feito um cálculo que separa os valores de uso, como os alimentos ou a madeira, dos valores de “não uso”, como a floresta sem gente ou uma nascente.
- O fundamento para colocar preço na natureza é a comparação entre os custos de preservação com os custos de utilização do meio ambiente. A conta funciona mais ou menos assim: quanto custaria para uma empresa se continuasse poluindo a água com sua atividade mineira, por exemplo, e depois tratasse essa água? E quanto essa empresa economizaria se preservasse as bacias hidrográficas ao invés de poluí-la? Outro exemplo é a polinização: se as abelhas não fizessem, quanto as empresas gastariam para fazê-la? Dessa forma, calculam o que dá mais lucro e chegam à conclusão de que preservar é mais lucrativo que destruir. Por fim, cria-se um mercado para essa preservação.
- O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) concretiza essa proposta no Brasil. Os projetos de PSA são geralmente financiados pelos governos, com envolvimento de instituições privadas, como empresas e ONGs, em geral internacionais, com pagamentos feitos aos proprietários das terras ou à população que nela habita. São projetos de longo prazo, que podem durar de 15 a 40 ou 60 anos.



PRINCÍPIOS E CONTEÚDOS QUE NOS ORIENTAM





FEMINISMO ANTI-RACISTA E ANTI-CLASSISTA

O feminismo é o movimento das mulheres para mudar o mundo e suas vidas. Foi sempre a partir de muitas lutas que as mulheres conseguiram conquistar direitos no Brasil e em todo o mundo, desde o direito ao trabalho, à educação e ao voto, mas também o direito à aposentadoria para as mulheres rurais, ao título da terra e a políticas públicas para combater a violência contra as mulheres. Nos séculos passados, as mulheres negras foram fundamentais na luta pelo fim da escravidão e, na América Latina as mulheres também participaram ativamente dos processos de conquista da independência dos seus países.

Nos dias de hoje, o feminismo no Brasil está lutando para defender os direitos que estão sendo destruídos com o golpe ocorrido em 2016. Lutamos pela aposentadoria, que queremos ampliar e tornar universal para todas, enquanto o governo golpista quer restringir e diminuir, acabando com esse direito. Resistimos à reforma trabalhista e aos cortes de recursos para as políticas de saúde e educação, porque sabemos que essas medidas sobrecarregam ainda mais as mulheres que são responsáveis pelo cuidado. E lutamos pelo fim da violência contra as mulheres, que é uma realidade desde que somos crianças até a vida adulta. A violência é um instrumento do patriarcado.

Chamamos de patriarcado a esse sistema onde os homens, individual ou coletivamente, exercem poder e controle sobre o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres. Além de patriarcal, nossa sociedade é extremamente racista. O racismo estrutura as relações sociais no Brasil, que desde os tempos da escravidão superexplora o trabalho da população negra e usa a violência como prática de controle. O capitalismo é racista e é patriarcal. É um sistema que incorpora essas dominações e desigualdades e, sem elas, não consegue se manter.

MULHERES ORGANIZADAS, CAMINHO PARA A AUTONOMIA

O feminismo aposta na auto-organização da mulheres para construir um movimento forte e presente em todas as partes. Auto-organização é quando as mulheres se reúnem em grupos só de mulheres ou em espaços específicos nos movimentos mistos, isto é, aqueles compostos por mulheres e homens, como o movimento sindical. Esse princípio e prática são fundamentais para a formação das mulheres, que se realiza a partir de suas experiências e aprendizados concretos. Questões que no cotidiano impedem a autonomia sobre nosso tempo, nosso trabalho e produção ou sobre nosso corpo, sexualidade e outras decisões sobre a nossa vida são temas de nossas conversas como grupos de mulheres. Assim o feminismo vai transformando em questões políticas fatos que muitas vivem de forma parecida, mas isoladas.

Nesses espaços de encontro, debate e formação, trocar saberes e histórias e compartilhar práticas e resistências são ingredientes que geram um reconhecimento das mulheres como mulheres. Essas trocas permitem compreender



que, apesar de se expressar de formas diferentes, existem muitas semelhanças na opressão que sofremos como mulheres em sociedades patriarcais como a brasileira.

Na Marcha Mundial das Mulheres, por exemplo, o reconhecimento da diversidade e até da desigualdade entre nós, mulheres, busca evitar que nossas lutas e a desigualdade de gênero sejam tratadas apenas como uma questão de identidade. A partir da diversidade das mulheres, buscamos construir ações comuns que possam combater globalmente a ordem atual de dominação e opressão e estabelecer um projeto político de mudança. O desafio é envolver um grande número de mulheres que chegam com suas histórias de vida e militância, dando conta de promover interação e aprendizagem mútua e, a partir daí, construir novas sínteses e novos pontos de partida na busca de uma utopia conjunta, no que queremos vir a ser.

A auto-organização das mulheres vai além da construção de espaços só das mulheres. Tem a ver com a construção coletiva das mulheres como um sujeito político, da definição de prioridades de reivindicações e demandas e dos caminhos para alcançá-las. Assim, é nos espaços auto-organizados que são construídas as agendas políticas das mulheres, bem como suas estratégias e formas de ação.

Um dos ganhos concretos desses processos é o fato de que as mulheres passam a ser protagonistas não só de suas lutas, mas de suas próprias vidas. E, por isso, muitas vezes os maridos começam a questionar o sentido da participação, o fato de que está saindo muito de casa. Isso reforça a afirmação que o feminismo vem fazendo há muitas décadas de que “o pessoal

é político”. A maioria das mulheres encontra em suas companheiras o incentivo a continuar participando, a carona, o acolhimento e o reforço de que esse espaço já está contribuindo para mudar suas vidas e conquistar direitos e políticas. Assim, a solidariedade entre as mulheres também é uma prática que se fortalece nos processos de auto-organização.

MULHERES EM MOVIMENTO

O feminismo que construímos como Marcha Mundial das Mulheres combina novas práticas com a construção de um movimento social forte e também com a elaboração de teorias e propostas a partir das experiências e das lutas das mulheres. É a partir de ações coletivas que nós, mulheres, teremos vigor para revolucionar a sociedade e construir novas relações sociais, superando todos os mecanismos de manutenção da opressão.

Dois princípios nos orientam nesse processo: nossa auto-organização em um movimento autônomo de mulheres do qual fazem parte coletivos de mulheres e de movimentos mistos; e a construção de alianças com outros movimentos sociais envolvidos na luta por mudanças. Queremos construir um projeto comum em que nós aprendamos com outras lutas e amplie nossa agenda, mas que também imprima o feminismo como parte integrante das lutas dos movimentos sociais. Apostamos em um forte movimento de base popular do campo e da cidade para que, a partir da prática feminista, as lutas da esquerda sejam ao mesmo tempo antipatriarcais, antiracistas e anticapitalistas.

Esse nosso feminismo tem muitas aspirações e ambições: queremos mudar o mundo! E isso

nos coloca desafios cotidianos. Um dos principais, e que ao longo de toda essa publicação se faz presente, é de conseguir conectar as nossas resistências e lutas locais com esses processos mais gerais que organizam as desigualdades no mundo inteiro. Por exemplo, o que vemos no Brasil é que as mulheres que lutam em defesa dos territórios enfrentam ao mesmo tempo: o poder das grandes empresas transnacionais – da mineração ou do agronegócio; a força do Estado, pela polícia ou pelo poder judiciário que privilegia as elites e cada vez mais criminaliza as lutas populares e; a violência contra as mulheres, que é usada como parte dos conflitos, para humilhar ou desencorajar as mulheres em luta; e muitas vezes os homens, que são convencidos por um modelo de desenvolvimento que promete empregos mas só entrega contaminação, exploração e expulsão das pessoas de suas terras. Ao mesmo tempo, quando enfrentamos a violência sexista, percebemos que a autonomia econômica e pessoal é fundamental para as mulheres conseguirem romper com situações de abuso. E também aprendemos que quando dizemos não ao modelo de dominações e abusos, também vamos abrindo caminhos e possibilidades para construir a sociedade que nós queremos. Por exemplo, frente aos venenos do agronegócio, construímos a agroecologia e formas solidárias de comercialização.

Pela experiência desse feminismo que é militante, de todos os dias e a partir de mulheres diversas - rurais, negras, urbanas, agricultoras, indígenas, jovens, trabalhadoras em geral - podemos afirmar que estar em luta transforma as comunidades e a sociedade, e também transforma a forma como cada uma está no mundo,

como cada uma entende o que é ser mulher, sua relação com o corpo, a sexualidade e o trabalho. Em movimento, as mulheres rompem com as amarras que o machismo e o racismo impõem sobre os comportamentos, a maternidade e as decisões. E cada vez mais são encorajadas a juntas ocupar os espaços, falar em público e levar adiante as reivindicações por direitos.

A prática de luta nos mostra o que já sabemos pelas nossas histórias de vida: nesse sistema capitalista racista e patriarcal nós, mulheres diversas e trabalhadoras, não cabemos e não há espaço para que todas sejamos livres e iguais. Não queremos igualdade para poucas, queremos para todas. Ou seja, precisamos de uma transformação estrutural para acabar com as desigualdades. É por isso que o feminismo se coloca como parte das lutas para construir uma outra sociedade, organizada pela igualdade, pela justiça e pela liberdade. Por isso, o lema que nos faz caminhar é “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.

ECONOMIA FEMINISTA: A VIDA NO CENTRO DA ECONOMIA

O cuidado, a limpeza dos ambientes e das roupas, a produção de alimentos e o preparo das refeições, a atenção com a higiene e com os sentimentos, a construção de relações e vínculos: tudo isso e muito mais faz parte da produção do viver. Ou seja, a vida só é possível por meio de muito trabalho realizado de maneira contínua, todos os dias.

O ponto de partida da economia feminista é que a produção do viver não pode ser reduzida a números e fórmulas, como as que



normalmente são apresentadas por homens brancos engravatados nos telejornais. O feminismo questiona a forma dominante de pensar a economia, que considera relevante apenas uma pequena parte do conjunto das atividades necessárias para produzir a vida e mover a sociedade. A economia dominante só olha para as atividades realizadas no mercado, a partir do trabalho remunerado, da compra e da venda de produtos e da lógica de obtenção de lucro. Isso exclui um conjunto de atividades, trabalhos e relações que não são monetizados, não circulam em troca de dinheiro, mas que sem eles a economia não pode se mover e nem a vida pode se reproduzir a cada dia. São atividades realizadas majoritariamente pelas mulheres, nos espaços domésticos e comunitários.

A economia feminista coloca como preocupação central de suas análises e debates a capacidade das sociedades produzirem qualidade de vida e, por isso, considera que todas as atividades necessárias para a sustentação da vida são parte da economia. E, a partir dessas análises e debates, a economia feminista também inspira propostas e novas formas de organizar a economia, colocando em prática os princípios da igualdade, da redistribuição dos trabalhos, da solidariedade e da reciprocidade.

MUITO ALÉM DO MERCADO

Quando olhamos para as práticas econômicas das mulheres rurais, fica evidente que a economia é muito mais do que é vendido no mercado. Para além da produção para o mercado, ela envolve práticas como doações, trocas e produção para o auto-consumo. Os tempos e as motivações para cada uma dessas práticas



são diferentes. A produção para o consumo da família, para a troca e para a doação segue a lógica de valorizar a qualidade do que é produzido, relacionado com a qualidade de vida e os alimentos saudáveis. Já o dinheiro é necessário para garantir os custos de vida, como as despesas de energia, transporte e moradia, por exemplo, mas também é preciso considerar que vivemos numa sociedade que cria cada vez mais necessidades.

O acesso aos mercados e à renda é parte necessária para que as mulheres tenham autonomia econômica. Mas a autonomia econômica vai além e envolve também o direito garantido aos serviços públicos – como saúde e educação – que nesse contexto de golpe e retirada de direitos é cada vez mais difícil e implica mais gastos. A autonomia econômica envolve também a capacidade de decidir sobre os tempos e os recursos e de colocar em prática essas decisões. Muitas vezes a resistência dos homens da comunidade é um obstáculo que as mulheres enfrentam para colocar em prática suas decisões. As discussões sobre a produção e a busca de equilíbrio individual e coletivo entre o que é produzido para o autoconsumo e o que é para ser vendido nos mercados locais, institucionais ou para os grupos de consumo fazem parte dessa construção permanente da autonomia eco-

nômica e colocam em prática os princípios da economia feminista.

TRABALHO, BASE DA SUSTENTAÇÃO DA VIDA

Garantir que uma vida digna seja possível no dia a dia demanda energia, tempo e habilidade de quem realiza todas as atividades necessárias à vida. Por isso a partir da economia feminista afirmamos que o conjunto dessas atividades precisa ser considerado como trabalho. Mas na sociedade capitalista e patriarcal os trabalhos realizados pelas mulheres na horta e com os pequenos animais são vistos como uma extensão de suas tarefas domésticas, já que essas atividades, em sua maioria, são para o autoconsumo e não são remuneradas. Já a auto-organização das mulheres rurais tem contribuído para o reconhecimento dessas atividades como trabalho fundamental para a sustentação da vida.

Uma das formas que o sistema capitalista e patriarcal usa para desvalorizar o trabalho das mulheres é naturalizá-lo, como se todo esse trabalho fosse feito por amor. Mas nós sabemos que até podemos gostar de cozinhar, mas é muito difícil encontrar alguém que ame ser a primeira a acordar e a última a dormir, e passar o dia inteiro limpando, passando, lavando, descascando, sem ter tempo nem para ficar com as pessoas que gosta, descansar ou decidir o que fazer com o tempo livre.

As mulheres transitam entre os espaços da casa, do quintal ou da feira, ou seja, entre os espaços considerados da produção e da reprodução. As mulheres também desenvolvem a capacidade de fazer várias tarefas ao mesmo tempo e ainda têm sempre a preocupação com as pessoas que delas dependem, sobretudo as pessoas que

demandam mais cuidados e atenção permanente por motivos de idade ou de saúde.

Isso é resultado da divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza os trabalhos de mulheres e homens, atribuindo a elas a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados, ao mesmo tempo em que as mulheres também realizam o trabalho considerado produtivo e que gera renda monetária. Além de organizar o cotidiano de famílias e comunidades, essa base das desigualdades de gênero reflete na falta de reconhecimento do trabalho das mulheres por parte do Estado, o que limita seu acesso às políticas públicas e à infraestrutura necessária para garantir melhores condições para sua produção.

As habilidades do trabalho doméstico e de cuidado são aprendidas pelas mulheres, não nascemos sabendo fazer tudo isso. Da mesma forma, os homens podem aprender a fazer o trabalho doméstico e cuidar das pessoas, para assim redistribuir o trabalho. Ainda é preciso avançar muito para que a redistribuição desse trabalho torne-se uma realidade, seja com os homens, no interior das famílias e comunidades, seja na sociedade por meio de políticas públicas do Estado. Um exemplo são as políticas de socialização do cuidado de crianças, como as creches, que ainda são muito limitadas no meio rural.

A economia feminista parte do cotidiano para entender o funcionamento da economia como um todo. E a partir daí temos mais condições de questionar as decisões políticas e econômicas que são feitas nos municípios, na região, no país inteiro e até internacionalmente. Reconhecendo as desigualdades que organizam



os tempos e os trabalhos da população, questionamos a tentativa de reforma da previdência no Brasil, que quer fazer com que as mulheres, as negras e os negros e a classe trabalhadora, especialmente rural, trabalhem por toda a vida sem ter o direito garantido à aposentadoria. Também estamos mobilizadas como mulheres para lutar contra acordos comerciais que privilegiam as grandes empresas transnacionais e acabam com as possibilidades de comercialização institucional por meio de compras governamentais ou de apoio à produção da agricultura familiar e camponesa.

| AGROECOLOGIA

A agroecologia é a “aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas” (Gliessman citado por Siliprandi, 2015). A palavra agroecológico vem do latim e desmembrada significa:

AGRO = agricultura,

ECO = lugar/casa/ambiente,

LÓGICO = estudo

O estudo desse lugar, desse ambiente, dessa nossa casa, está interligado com tudo que está presente nele.

Com base nos princípios ecológicos, aprendemos que a natureza é cíclica: cada resíduo de um processo se transforma em matéria-prima de outro processo em um ritmo determinado que foi se ajustando por milhares de anos. Também aprendemos que a natureza tem limites: há recursos que não são renováveis, como petróleo e outros minerais, e há recursos que são renováveis, porém que são restritos devidos à velocidade de sua regeneração.



Dessa maneira, por exemplo, a água pode chegar ao limite quando é contaminada ou utilizada em quantidades enormes e potencialmente crescentes. Da mesma forma, há várias espécies de animais e de plantas que são extintas devido à exploração desequilibrada da natureza.

O problema que se coloca então é como fazer uma agricultura que se integre aos ciclos da natureza, que respeite seu ritmo e que, ao mesmo tempo, permita que as pessoas tenham acesso a alimentos nutritivos, saudáveis e de acordo com a sua cultura. A agroecologia reúne alguns aprendizados para responder a esta questão.

EQUILÍBRIO E SUSTENTABILIDADE

A saúde das plantas depende do equilíbrio nutricional do solo, que é resultado da presença de macronutrientes, como o nitrogênio (N),

o fósforo (P) e o potássio (K) e de micronutrientes. Os micronutrientes estão na natureza em uma proporção definida. Se um deles falta, os demais não são absorvidos.

As plantas também interagem entre elas: há plantas companheiras, que auxiliam o desenvolvimento de outras. Mas há plantas que produzem toxinas que inibem o crescimento de outras. Esse processo de influência de um organismo sobre o outro é chamado de alelopatia.

Os sistemas biológicos evoluem em conjunto com as comunidades onde vivem e não há como separá-los. Nós “não teríamos a subjetividade que temos se não utilizássemos a cultura material que utilizamos, não teríamos a cultura material que utilizamos se não tivéssemos a subjetividade que temos” (Hernando citado por Herrero, 2014).

As comunidades tradicionais – como as camponesas, indígenas, quilombolas ou caiçaras - são as que percebem mais profundamente esta relação por meio de processos de observação, ensaio, tentativa e erro que são transmitidos em sua cultura entre gerações. Por esta razão é que as regiões onde vivem são as que têm maior biodiversidade. Sociobiodiversidade é a palavra que caracteriza essa relação entre o conhecimento fruto das culturas sociais humanas e a biodiversidade de espécies animais, vegetais, minerais do meio ambiente onde vivem.

A agroecologia é um processo de transição que tem como horizonte alcançar sistemas equilibrados e, por isso, sustentáveis. Plantas que crescem muito rápido sufocando outras e formigas ou lesmas em grande quantidade que provocam prejuízos são vistas como sintomas de um desequilíbrio que é preciso desmontar.

DIVERSIDADE E AUTOSSUFICIÊNCIA

Um passo para recuperar o equilíbrio de um determinado ecossistema é recompor sua diversidade. Isso pode se dar pela agrofloresta, que combina plantas que já estavam presentes no local com outras introduzidas, aproveitando os estágios de regeneração das clareiras em uma área de mata ou no plantio de uma nova mata em uma área de pasto.

A autossuficiência progressiva do sítio, do quilombo ou do assentamento também é parte da transição agroecológica. Autossuficiência é a capacidade de produzir de forma independente do mercado o necessário para o consumo e para a estabilidade da unidade de produção ao longo de gerações.

Sementes e mudas selecionadas por critérios próprios, como a rusticidade e o gosto, e adaptadas ao local onde são plantadas produzem resultados melhores do que o de sementes compradas em lojas agrícolas.

A fertilidade do solo pode ser reposta por meio de um composto feito de resíduos de um processo – como sobras da colheita, fezes e urina dos animais que se tornam matéria-prima de novo. Outra alternativa é a adubação verde, que é a incorporação de plantas que fixam mais nitrogênio.

Mas a autossuficiência não deve dar a falsa impressão de que é possível completar a transição agroecológica em uma só unidade de produção. Esta produção pode ser contaminada por agrotóxicos, pela pulverização aérea, pela contaminação dos cursos da água e do lençol freático ou pela polinização cruzada com variedades transgênicas. Por isso um dos fundamentos da agroecologia é a luta pela terra, que



inclui a luta pela reforma agrária, pelo reconhecimento dos territórios das populações tradicionais e pela reforma urbana, que contemple espaços para a agricultura na cidade.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO SABER

Outro pressuposto básico da agroecologia é que o conhecimento é uma construção coletiva que se dá por intercâmbios e diálogo de saberes. E nesse processo é importante reconhecer o protagonismo das populações tradicionais, especialmente das mulheres, na memória e no aprimoramento constante dessas práticas.

Há uma relação estreita entre a agroecologia e a agricultura realizada pelas mulheres. Tradicionalmente, são as mulheres que selecionam, guardam e trocam as sementes. Os quintais onde combinam horta, pomar, criação de pequenos animais, plantas comestíveis, medicinais e decorativas são um espaço privilegiado de experimentação e contam com enorme diversidade. Na Zona da Mata de Minas Gerais o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) chegou a contabilizar 118 espécies vegetais de 51 famílias botânicas e cinco espécies animais unicamente no quintal da agricultora Lia Caetano de Acaiaca, que tem pouco mais de 2.400 m².

IGUALDADE DE GÊNERO

A agroecologia oferece boas bases para construir a igualdade de gênero pois permite diferentes usos do espaço e do tempo para realizar de forma combinada atividades produtivas e reprodutivas. Dessa maneira, a princípio, rompe-se com a divisão sexual de trabalho que separa essas atividades e estabelece hierarquias entre elas. Po-



rém, na construção do movimento agroecológico, nem sempre essa igualdade está dada.

Muitas mulheres organizadas em movimentos agroecológicos reivindicam seu protagonismo político, que tem consequências nas próprias formas de organização do movimento. Por exemplo, as estruturas centralizadas de produção de sementes tendem a envolver menos mulheres do que aquelas em que a semente é guardada e intercambiada nas comunidades.

Muito do conhecimento das agricultoras, extrativistas ou pescadoras artesanais se perde porque elas não são consideradas como pessoas com projetos, desejos e vontades próprias. Assim, em sua vivência diária, elas questionam o mito da família harmônica em que o pai representa o interesse de todos. As posturas responsáveis das mulheres frente à natureza e à humanidade vêm de uma escolha política e não do fato de serem mães, terem nascido mulheres e supostamente guardarem uma essência próxima da natureza.

As agricultoras agroecológicas lidam com conflitos no interior das famílias e das comunidades para conseguir produzir em determinado espaço sem a contaminação por agrotóxicos proveniente de produções vizinhas. Elas buscam de forma permanente equilibrar o trabalho e a produção para o autoconsumo e para a

venda. Entendem que o acesso à renda monetária é essencial para sua autonomia econômica e apresentam propostas de políticas públicas de apoio à comercialização. Sua intenção não é vender galinha caipira para comprar frango congelado. Seu objetivo é que elas mesmas e as pessoas próximas comam os produtos de qualidade que produzem. Seu cálculo econômico é extremamente apurado, pois consideram como retorno, não apenas o fator monetário, mas também o fato de seus filhos não adoecerem.

Elas valorizam os quintais, mas não querem se restringir a eles: querem propor outras formas de manejo para o território onde vivem e trabalham sua família e sua comunidade. Para isso, desenvolvem experiências em grupos coletivos de produção no manejo de áreas maiores. Às vezes essas áreas são um pouco distantes de suas casas e impõe para elas a necessidade de renegociar o trabalho doméstico para que possam se ausentar. O fato de conseguir se ausentar de casa é uma conquista que elas valorizam muito e ainda permite maior concentração e dedicação ao trabalho produtivo, sem ter que parar todo o tempo para, como elas dizem, “olhar os meninos”.

| ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é uma outra forma de organizar as relações econômicas na sociedade. Para entendê-la, é importante antes compreender como funciona a economia capitalista, que hoje em dia é hegemônica, ou seja, é o modelo que predomina na sociedade e que aparece como natural ou como a única possibilidade de dar certo.

O modo capitalista de organizar a economia tem como base a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação da riqueza criada pelo trabalho humano por poucas pessoas. No campo, os meios de produção são a terra e os equipamentos utilizados nela.

Mas existem outras formas de organizar a economia que são invisibilizadas pelo sistema hegemônico. É o caso da produção para o autoconsumo e do trabalho doméstico que, assim como o Estado, são vistos pelo capitalismo como formas “ineficientes” ou “atrasadas”.

Em muitas comunidades, a reciprocidade é uma forma de organizar a economia. Uma pessoa doa produtos ou tempo de trabalho na esperança de que receberá de outras pessoas produtos ou tempo equivalente.

Isto quer dizer que a empresa capitalista – aquela que se movimenta pela busca do lucro cada vez maior e pela concorrência com as demais – não é a única forma econômica. Outras lógicas organizam a economia nos domicílios, nos serviços públicos, nas associações e comunidades. Ainda que nestas outras formas também existam problemas. Por exemplo, numa família o pai pode impor suas decisões para a mulher e os filhos, servidores públicos podem atuar baseados em preconceitos contra negros e pobres e há mesmo situações em que um dia de trabalho de um homem é trocado por dois dias de trabalho de uma mulher.

Ou seja: outras formas de organizar a economia tanto podem ser atravessadas por preconceitos patriarcais e racistas como podem ser contaminadas pela forma da empresa da economia capitalista. Justamente por ser hegemônica ela aparece como se fosse o ideal, o lugar onde todos querem chegar.



Para que outras formas de organizar a economia superem as injustiças de classe, raça e gênero é preciso que as pessoas envolvidas nelas estejam decididas a fazê-lo. Esta é a proposta da economia solidária.

EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

No Brasil, as iniciativas de economia solidária são nomeadas de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). A organização dos EES não é só para envolver pessoas pobres, vulneráveis ou convivendo com alguma limitação e que, portanto, têm dificuldade para se integrar no mercado de trabalho formal. É para envolver estas pessoas e muitas mais que estejam dispostas a construir outras formas de organizar a economia.

Ou seja, a economia solidária não é complementar ou funcional à empresa capitalista. O agenciador de trabalhadores assalariados na agricultura em muitos lugares chama-se “gato”. Ele ajuda a usina ou fazenda que o contrata a fugir da fiscalização trabalhista e, para isso, muitas vezes cria cooperativas que escondem a relação de trabalho e assim pagam menos direitos. Por isso, cooperativas desse tipo são chamadas de “*coopergatos*”.

As *coopergatos* não são economia solidária, pois esta tem o objetivo de ser contra-hegemônica, de mudar o jeito da economia se organizar a partir das possibilidades reais, criando espaços de liberdade e de experimentação.

O que caracteriza a economia solidária é a autogestão.

A autogestão implica a propriedade ou posse coletiva dos meios de produção (terras, prédio e equipamentos), a definição coletiva das normas e acordos de funcionamento, a



transparência e a participação democrática de todas as pessoas envolvidas nas decisões. Implica também que esses mesmos envolvidos tenham consciência sobre a importância do seu trabalho e do das demais pessoas e sobre a melhor forma de realizá-lo.

O campo da economia solidária envolve atividades de produção (como cooperativas da agricultura familiar, fábricas em falência recuperadas pelos seus trabalhadores ou cooperativas de costura), de serviços (como restaurantes populares, cooperativas de cuidadoras de idosos, de atividades culturais, grupos de consumo consciente, de reciclagem de resíduos sólidos), de financiamento (as cooperativas de crédito, fundos rotativos, iniciativas de moeda solidária, entre outras) e de comercialização (feiras de economia solidária).

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As mulheres são a maioria das pessoas que participam dos EES, mas nem sempre estão visíveis. No cadastro da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) elas não eram maioria em razão da sua pouca presença nas cooperativas da agricultura familiar, onde muitas vezes apenas o homem adulto é sócio ou é contabilizado como sócio.

- O Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), base de dados da Senaes, foi implantado em 2004 e realizou três rodadas nacionais de caracterização dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), identificando 33.518 empreendimentos em todo o país envolvendo 1.423.631 associados. Os EES são na maioria rurais (quase 55%), sendo que 55% dos participantes são agricultores familiares. A maioria dos EES identificados é formalizada (quase 70%), a maior parte em associações. Dentre o público associado, identificou-se que 43,6% são mulheres e 56,4% são homens. (SENAES, 2013).
- Considerando os dados sistematizados em 2005 as mulheres predominavam nos empreendimentos menores onde, elas eram 63% dos participantes nos EES com até 10 sócios, enquanto que os homens eram 66% dos participantes de EES com mais de 50 sócios (SENAES, 2006). A participação das mulheres em grupos menores, muitas vezes informais e intermitentes levanta a hipótese de que os grupos onde atuam podem ainda não ser reconhecidos como EES.
- Em um levantamento realizado pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e o Centro Feminista 8 de Março (CF-8) junto aos Territórios da Cidadania onde atuaram entre 2009 e 2013, foram identificados 972 grupos produtivos de mulheres frente a 267 identificados pelo mapeamento nacional feito pela Senaes nas mesmas áreas (Butto e outras, 2014).

Os grupos produtivos com maior ou total participação das mulheres tendem a ser menores, informais e intermitentes. Ou seja, é mais difícil que eles se mantenham ao longo do tempo devido às tensões que as mulheres sofrem para conciliar o cuidado da casa e da família com as atividades remuneradas.

As mulheres avaliam sua participação nos ESS não apenas do ponto de vista do retorno financeiro. Elas valorizam nos grupos aspectos como o aprendizado, a convivência e a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica ou a saúde reprodutiva. Em geral, as participantes dos EES se sentem mais fortes, valorizadas e com autoestima elevada em consequência do reconhecimento de seus saberes e de sua capacidade de inovar a partir de pouco.

A economia solidária tem a possibilidade de ser contra-hegemônica quando, em diálogo com a economia feminista, busca superar a divisão sexual do trabalho e fortalecer a autonomia das mulheres. Muitas vezes as iniciativas propostas para as mulheres se referem a atividades consideradas femininas (cabelereira, costura, processamento de alimentos) e organizadas para que sejam conciliadas com a responsabilidade do cuidado (trabalho realizado em casa, com menor dedicação de tempo).

A questão não é a atividade em si, mas o horizonte que se coloca:

| As mulheres são desafiadas a entrar em campos não tradicionais? Por exemplo, a consertar o secador de cabelos, a máquina de costura, a batedeira quando estes estragam? Ou a negociar preços com os fornecedores?

| A atividade remunerada é vista apenas como complementar e funcional a seu papel de mãe e esposa, estes, sim, tratados como prioritários?

| Nos empreendimentos mistos as mulheres são desafiadas a realizar o conjunto das atividades ou se reproduz o padrão da empresa capitalista, que concentra as mulheres em atividades que demandam maior habilidade motora fina, agilidade nos dedos, concentração e ainda são pior remuneradas por elas?



PRINCÍPIOS E VALORES DE UMA GESTÃO FEMINISTA

- **Funcionamento não burocrático,** que permite compartilhar o poder de forma horizontal na equipe de trabalho. Este funcionamento tem as seguintes características:

 - | tomada de decisões por consenso
 - | divisão do trabalho que valoriza não a especialização de funções, mas um reconhecimento igualitário de todas as funções e certa rotação das tarefas
 - | mecanismos de integração de novas pessoas
 - | circulação de informações para evitar o desenvolvimento de poder vertical
 - | constituição não-hierárquica do espaço
 - | mecanismos para conciliar a eficácia e o bem-estar das pessoas, o racional e o afetivo (por exemplo, um ponto na agenda da reunião de equipe para saber como estamos)
- **Preocupação quanto ao lugar e ao papel das integrantes na organização.** Isto implica, entre outros exemplos, organizar grupos de trabalho como espaços alternativos de poder e favorecer um clima de apoio, ajuda mútua e solidariedade entre as integrantes, criando laços baseados na disponibilidade, escuta, cumplicidade e respeito mútuo.
- **Relações de trabalho que se caracterizam por:**

 - | controle das trabalhadoras sobre o processo de trabalho
 - | relações de trabalho que reconheçam a contribuição de cada integrante que tem a possibilidade de ser ouvida, de ter iniciativa e criatividade
 - | não especialização e igualdade nas condições de trabalho, salários e benefícios

Experiência dos Centros de acolhimento a mulheres do Quebec, citado em Nobre, 2017.



A divisão sexual do trabalho na sociedade atual responsabiliza as mulheres pelo cuidado da casa e da família. Isto ainda se reproduz nas iniciativas de economia solidária: são poucas as que organizam, por exemplo, atividades extraescolares para as crianças como parte de seu funcionamento. Também são raros ainda os empreendimentos solidários de cuidado de crianças, doentes e idosos que os envolvam como pessoas por inteiro e não como clientes ou objeto de assistência, embora existam experiências como, por exemplo, a de preparo conjunto das refeições.

SOLIDÁRIA E FEMINISTA

A autogestão também pode ser fortalecida no diálogo com o feminismo buscando não fragmentar as mulheres em subjetividades separadas e contraditórias - mães, esposas, trabalhadoras - e estabelecendo acordos que as fortaleçam como sujeitos por inteiro.

Isso inclui, por exemplo, o repúdio à violência doméstica. Há assentamentos e redes de produtores e consumidores de produtos agrícolas onde já foi possível adotar em seus acordos coletivos ações concretas de rechaço à violência que podem chegar até à suspensão ou à expulsão de agressores.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

O mercado é o lugar ou a forma em que bens e serviços passam das mãos de quem produz para quem necessita ou quer consumi-los. É também uma maneira de circular os produtos: compra quem tem dinheiro ou quem faz a melhor oferta. A oferta é baseada em quanto de produto está disponível para um conjunto de consumidores a determinado preço. Já a demanda é a quantidade desse produto que os consumidores querem comprar a um determinado preço.

A economia capitalista, que é a dominante, diz que no mercado há uma mão invisível que regula a oferta e a demanda, ou seja, que o mercado é autorregulado. A economia dominante é o conjunto de teorias que se estuda nas universidades, que se comenta na imprensa e que orienta políticas econômicas do governo, como a taxa de juros e o valor do salário mínimo, entre outras. Segundo essa economia, bastaria não haver interferências que as coisas se ajeitariam em benefício tanto do comprador quanto do produtor.

Mas é só prestar atenção no mercado varejista de alimentos para ver que a coisa não é bem assim. O que realmente movimenta a empresa capitalista é ter lucro sempre maior e não alimentar bem as pessoas. No Brasil, mais da metade desse mercado é controlada por quatro empresas transnacionais: Casino, Carrefour, Wal Mart, Ceconsud. A empresa estado unidense Wal Mart é a maior empresa do mercado varejista de alimentos no mundo,

Empresas transnacionais são aquelas que têm sede em um país, em geral, aqueles mais industrializados como Estados Unidos, Japão e países da Europa, e que se instalam em diferentes países mais pobres da África, América Latina e Ásia, com o objetivo de reduzir seus custos de produção e aumentar ao máximo seu lucro. Para isso, pressionam governos para obter isenções parciais ou totais de tributos. Mesmo responsáveis por diversas violações da legislação ambiental, social e trabalhista, tais empresas permanecem impunes pela falta de marcos legais internacionais que punam sua atuação.

Movimentos sociais e organizações não-governamentais de todo o mundo resistem ao avanço das transnacionais em duas frentes: na denúncia e na resistência em seus territórios e na negociação no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) de um tratado vinculante que imponha obrigações jurídicas internacionais em caso de violações dos direitos humanos.

com mais de 11 mil lojas em 27 países. Em seu país de origem, onde controla quase 15% do mercado varejista, já sofreu vários processos por discriminação na contratação e promoção de mulheres e por desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Além disso, ela impõe aos agricultores o preço, o volume de entrega e o ritmo da produção.

A concentração do mercado de alimentos em poucas empresas transnacionais também é uma tendência nos produtos orgânicos, onde recentemente a Unilever comprou a empresa brasileira Mãe Terra. Essas empresas têm mui-



to mais poder que os agricultores na hora de definir os termos de compra. Elas também têm muito poder frente à população que vive na cidade, onde estabelecem um modelo de venda de alimentos em grandes hipermercados, praticamente acessíveis só por meio de carro e que demandam do poder público investimentos em infraestrutura.

Questionar essa realidade e a ideia que coloca o mercado como o centro da economia, de forma totalmente desvinculada das relações sociais onde ele se insere, é o primeiro passo para pensar a construção social de mercados. O mercado não é a única forma de fazer os produtos circularem e estarem acessíveis para as pessoas. A produção para o autoconsumo, para trocas ou para doações em relações de reciprocidade são formas econômicas alternativas, assim como a redistribuição, que é a ação do Estado quando cobra impostos e, por exemplo, presta serviços de educação e saúde para toda a população.

Outra ideia a questionar é a de que no mercado todos são iguais. Muito pelo contrário, na sociedade existem relações desiguais – entre mulheres e homens, negros e brancos, trabalhadores e patrões – que se manifestam no mercado e que também são criadas por ele. É o caso, por exemplo, do mercado de trabalho que remunera de maneira diferente as mulheres e a população negra.

Ao questionar os mitos da economia dominante é possível pensar em outras formas de fazer com que os bens e serviços circulem, atuando inclusive para reduzir as desigualdades existentes. Dessa maneira, é possível construir um mercado social, que se oriente pela valo-



rização do trabalho embutido na produção e permita um consumo diversificado e crítico.

CIRCUITOS CURTOS

Os circuitos curtos são aqueles que aproximam ao máximo as pessoas que produzem das pessoas que consomem. Um exemplo ao contrário, de circuito longo, acontece com as frutas produzidas no Nordeste do Brasil e vendidas na Europa. Para que elas cheguem frescas ao consumidor, precisam ser enviadas de avião. O gasto de combustível é grande e o preço de referência daquela fruta passa a ser o do mercado comprador. Com isso, a fruta fica tão cara que a própria trabalhadora assalariada que a colheu e embalou não consegue comê-la. Essa fruta só é acessível na Europa porque os custos ambientais e sociais na produção e na circulação não são contabilizados.

No circuito curto, além da proximidade geográfica, outro fator importante é a venda direta, isto é, da produtora para a compradora ou com poucas mediações. Assim, os gastos de combustível são menores, os produtos chegam mais frescos e a dieta é mais apropriada porque os produtos são locais e de época e respondem às necessidades que nosso organismo tem para aquele período.



RELAÇÕES DE CONFIANÇA

Nos mercados sociais, é fundamental a construção de relações de confiança o mais diretas possíveis, como acontece nas feiras. Isso resulta em aprendizado para as produtoras e para as pessoas que compram. As pessoas que vivem na cidade podem ter se alienado em relação ao que comem, ou seja, transferido para outras pessoas dizerem o que é bom ou gostoso. Por isto, muitas vezes elas precisam reaprender o que comer: descobrir outras texturas e outros sabores, como o amargo.

Assim como há um padrão de beleza imposto para as mulheres, há também um padrão estrito de beleza para os alimentos, que é associado à saúde tanto em um caso como no outro, ainda que não corresponda à realidade. A aparência visual do produto não é o que mais importa. Um produto aparentemente bonito – com tamanho e brilho uniformes – pode estar cheio de produtos químicos que certamente nos farão mal a médio prazo.

REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

O mercado construído socialmente também é fator de aumento da resiliência, ou seja, da capacidade de superar problemas. Isso vale tanto para as pessoas que produzem os alimentos e que, em situações como variações climáticas, veem seu preço se reduzir ou diminuir a qualidade e a quantidade dos produtos, quanto para as pessoas que os consomem e que podem em determinados momentos ter perdas momentâneas de renda pelo desemprego ou em função de alguma doença.

As compras públicas, por exemplo, são realizadas com base em um preço de tabela e, no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os alimentos são distribuídos em entidades de assistência. Muitos grupos de consumo também atuam com base em tabelas de preço previamente acordadas entre produtores e consumidores ou estabelecem preços diferentes para seus integrantes para acolher situações de exceção. Por exemplo, um grupo de consumo de Santo André decidiu não cobrar a taxa de adesão de trabalhadores terceirizados da universidade onde atuam. Outro caso é o sistema de comunidades que sustentam a agricultura (CSA), no qual as pessoas se comprometem a realizar um pagamento mensal fixo, o que permite às agricultoras organizar sua produção e suas despesas tanto na produção como nas atividades domésticas.

Para construir mercados que reduzam as desigualdades é importante estabelecer processos coletivos. Estes ajudam a resolver desde questões logísticas, como o transporte e o armazenamento, que são barateados conforme o volume de produtos, como para criar con-



dições de apoiar aquelas pessoas que estão em maior vulnerabilidade. Esta construção pode se dar por iniciativa independente das organizações e movimentos sociais ou em combinação com o poder público.

AUTONOMIA ECONÔMICA E AUTOESTIMA DAS MULHERES

Na experiência de trabalho com as mulheres rurais do Vale do Ribeira, inseri-las no mercado como está hoje organizado para gerar renda não era a principal motivação, mas sim construir sua autonomia econômica. Um caminho para isso acontecer é o controle das mulheres sobre o acesso aos mercados e seus rendimentos, que se baseia sobre:

1. “Organização coletiva para aumentar a capacidade de venda e de poder de negociação das mulheres.
2. Diversificação dos locais de comercialização para evitar a dependência em relação aos clientes.
3. Melhoria do acesso a informações-chave (preços, quantidades, condições de venda), para evitar a dependência em relação aos intermediários comerciais.”

(Hillenkamp e Nobre, 2016)

A criação de mercados solidários, junto às agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo se deu em particular pela venda direta à loja “Quitandoca” e aos grupos de consumo da Grande São Paulo e Registro. Enquanto que em Itaoca e Peruíbe se deu pelo apoio à participação das agricultoras nas chamadas públicas do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



As agricultoras envolvidas no processo valorizaram o reconhecimento dos produtos que produzem, de sua variedade e de terem encontrando mercado para produtos que elas nem imaginavam que tivessem preço, como o açafão da terra ou o cará-mandioca. A valorização dos produtos expressa a valorização de seu trabalho e, por fim, delas mesmas.

Os processos acontecem em ritmos que respeitam suas possibilidades. Por um lado, isto lhes dá um conforto em relação a processos mistos, onde participam mulheres e homens, que elas não compreendem na totalidade. Por outro, pode mantê-las em uma zona de conforto que restringe o crescimento do grupo e mesmo de cada uma delas.

Os desafios para promover a autonomia econômica feminina se sintetizam em um tripé: produção, comercialização e organização das mulheres. Frente a isso, é fundamental fortalecer estratégias de comercialização que articulem o autoconsumo, a doação, a troca, as feiras e os grupos de compra com a ampliação do acesso às políticas de mercado institucional, para que haja maior possibilidade de as mulheres terem controle sobre o próprio trabalho.” (SOF, 2016)



PRÁTICAS METODOLÓGICAS:

**APRENDIZADOS NO TRABALHO
DE CAMPO**



AUTONOMIA DAS MULHERES

Construir autonomia pessoal, política e econômica passa por refletir sobre nossas próprias vivências e compreender como se expressam concretamente as desigualdades de classe, gênero e raça.

As atividades e dinâmicas registradas nesta parte do livro mostram como trabalhamos na prática essa construção com os grupos de mulheres do Vale do Ribeira.

TEMPO: DINÂMICA DO RELÓGIO

Na dinâmica do relógio, pedimos às participantes que anotem tanto o que elas realizam ao longo de 24 horas quanto o que os homens de sua família realizam. Esta dinâmica é usada há muitos anos e em diferentes grupos. No resultado, sempre aparece o que as pesquisas formais de usos do tempo apontam: as mulheres têm jornadas mais longas e dedicam mais horas ao trabalho doméstico e de cuidados. Elas são as primeiras a levantar da cama e as últimas a irem dormir. Se é preciso aumentar o rendimento das famílias, elas fazem salgado, lavam roupa para fora e aumentam suas atividades.

Esse trabalho permite observar que o tempo das mulheres é regulado pelo cuidado das pessoas dependentes. Quando as crianças estão em idade escolar, o tempo que elas têm para ir a uma reunião ou fazer um curso é definido pelos horários de passagem do ônibus escolar. Se houver pessoas idosas ou doentes na família, ela se organiza para garantir as refeições no horário e estar sempre acessível. E é muito difícil que o companheiro saia para trabalhar na roça sem ter tomado o café que ela preparou e a marmitta com o almoço. Por isso as mulheres que participam das atividades de



“Acorda Maria Bonita, levanta a hora que quiser, que o dia já vem raiando e o marido já fez café”.

formação adoram cantar a paródia: “Acorda Maria Bonita, levanta a hora que quiser, que o dia já vem raiando e o marido já fez café”.

A reflexão sobre os usos do tempo é central para a economia feminista. Os tempos e as lógicas do mercado buscam aumentar o lucro e não se importam com os tempos e as lógicas da vida. O tempo das mulheres é a variável de ajuste nesta contradição. Para ilustrar esse fato, a cartilha da SOF (2015) “*Para entender a economia feminista. E colocar a lógica da vida em primeiro lugar*” atualizou uma imagem tradicional do Mali: “a mulher de mil braços”. Agricultoras do Polo da Borborema na Paraíba transformaram o desenho numa imagem usada em teatro de rua para falar de como o trabalho doméstico deve ser compartilhado entre quem convive.

Olhar para o relógio e para a atividade intensa e permanente das mulheres nos faz entender como a divisão sexual do trabalho que estrutura diferentes sociedades em todo o mundo é injusta.

PARA REFLETIR SOBRE OS USOS DO TEMPO CONSIDERAMOS:

■ Tempo do trabalho de mercado

É o tempo que dedicamos às atividades de produção de mercadorias ou serviços que garantem o nosso sustento. Geralmente, são atividades remuneradas, mas que podem ser feitas também para a própria pessoa, como plantar alimentos. Nesse tempo é preciso contar também o tempo que se gasta no transporte para ir ao trabalho e voltar.

■ Tempo do trabalho doméstico e de cuidados

É o tempo que gastamos com atividades de limpeza, cozinha, administração, abastecimento e organização da casa. É também o tempo dedicado ao cuidado, proteção, bem-estar, alimentação, educação e saúde das pessoas que vivem nela.

■ Tempo de necessidades pessoais

É o tempo gasto com atividades como dormir, comer e cuidar da higiene pessoal.

■ Tempo de participação cidadã

É o tempo que investimos em atividades para o crescimento pessoal, como estudo, participação política e trabalhos voluntários.

■ Tempo de ócio, tempo livre

É o tempo que dedicamos às atividades que fazemos para nos divertir e descansar, por vontade própria, ou quando não fazemos nada.

Fonte: SOF, 2015

ESPAÇO: DESENHO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

A forma como as mulheres vivenciam o espaço pode partir da comunidade onde vivem e da casa e do sítio onde vivem e trabalham. Para pensar a comunidade, as participantes em grupos constroem uma maquete com massa de modelar ou cartolina e ali situam onde elas e seus companheiros estão e os caminhos que percorrem.

Nesse exercício é possível perceber a falta de infraestrutura – como água, luz, escola - e como as prioridades para instalação das mesmas são definidas com uma marca de gênero (SOF, 2006). A eletricidade, por exemplo, leva as mulheres em geral a pensar em itens que diminuem seu trabalho, como a máquina de lavar roupas ou a geladeira, que permite a conservação de alimentos. Ou então, na iluminação, que lhes traz mais segurança. Já os homens podem pensar no motor de equipamentos que diminuem seu trabalho, mas também na iluminação do campo de futebol.

A possibilidade de as mulheres se movimentarem pelos espaços também é uma questão. Várias mulheres relatam a oposição dos maridos a que elas estudassem por terem que ir todas as noites à cidade. Meninas podem não ser bem vistas se estão paradas à noite em um determinado ponto onde há sinal de celular ou de internet. Isso já não acontece com os meninos.

O Programa de Formação em Feminismo e Agroecologia do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia combinou esta dinâmica com o mapa da sociobiodiversidade, utilizado por organizações agroecológicas.

Nesse programa, o exercício do Mapa da Sociobiodiversidade se iniciava com o desenho da unidade de produção onde as mulheres vivem, destacando a casa,



o quintal, a lavoura e toda a biodiversidade existente nestes espaços. O Mapa contribuiu para valorizar o espaço rural e o trabalho ali realizado, além de aprimorar o olhar das mulheres sobre os espaços e sua atuação.

“Quando eu fui desenhar o mapa pensei: vou colocar o quê? Não tenho nada.”

Em um primeiro momento os desenhos eram mais restritos. Conforme iam sendo incentivadas a expressar toda a biodiversidade, as mulheres iam acrescentando plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais, flores, animais silvestres, entre outros elementos.

O Mapa era retomado numa segunda atividade com a pergunta: onde estão as mulheres e os homens na propriedade? Quantos homens e quantas mulheres trabalham em cada um dos espaços desenhados? O objetivo é o de situar como acontece a divisão sexual do trabalho.

Retomar o Mapa também permitiu às mulheres comparar o que haviam se lembrado da primeira vez e o que se lembravam em um momento posterior a um olhar mais analítico sobre sua unidade de produção. Além disso, nas atividades de intercâmbio as mulheres levavam para casa mudas e sementes que aumentaram a diversidade de seus quintais.

“Hoje se eu desenhar este mapa vai ter mais coisa”.

NOSSO CORPO

As agricultoras que atuam com a SOF em sua maioria já vivenciaram dinâmicas que permitem uma reflexão sobre a construção da identidade de gênero ao longo de sua vida e da divisão sexual do trabalho. Assim, no curso de Economia Feminista e Agroecologia as relações de gênero foram debatidas a partir do corpo.

É tanta exigência que muitas de nós acabamos nos alienando em relação a nosso corpo.

Segundo o dicionário, alienar quer dizer transferir para outra pessoa o domínio ou a propriedade e tornar-se separado, afastar-se. Ou seja, não nos reconhecemos quando nos olhamos no espelho.

Há mulheres que ficam tão tristes com seu corpo que já não percebem se ele está bem ou mal e transferem para o médico a decisão de dizer se estão confortáveis ou não e para o marido ou namorado, se estão bonitas.

Para fazer as pazes com nosso corpo, começamos parando para olhar para nós mesmas.

Em uma atividade de formação, dependendo do tempo, da quantidade de participantes e do espaço disponível, podemos fazer um desenho individual do nosso corpo assinalando o que gostamos e o que não gostamos. O corpo pode ser também modelado em massinha ou pode ser feito um desenho coletivo do contorno do corpo de uma de nós onde assinalamos depois o que gostamos e o que não gostamos nele.



Quando perguntamos como as mulheres se sentiram fazendo esta atividade, as participantes responderam: *“falar da gente é difícil, falar de si mesmo é um pouco complicado”*, *“eu percebi que eu não me percebo muito”*. As falas podem variar desde certo distanciamento: *“não tem o que eu goste ou não, se tem saúde está bom”* até uma responsabilização de cada uma de nós para não ter preguiça, estar em forma. Mas também começam as indagações: *“Eu me perguntei : eu não gosto disso, mas por que eu não gosto disso?”*

IMPOSIÇÕES DO PADRÃO DE BELEZA

Os descontentamentos com nosso corpo têm a ver com padrões que associam feminilidade-beleza-magreza-eterna juventude. A parte mais comentada em diferentes grupos por causar desconforto é a barriga, que termina por ser uma representação do estar acima do peso, da gordura acumulada.

A obesidade é uma questão complexa. Na América Latina e Caribe, os casos de obesidade e sobrepeso vêm aumentando, correspondendo em 2015 a 23% e a 58% da população respectivamente. A razão é uma transição alimentar para comidas ultraprocessadas, com excesso de gorduras, açúcar e sal. A proporção de mulheres com obesidade supera os homens e em mais de 20 países a diferença é maior do que 10 pontos percentuais (FAO, 2017). Em nossa voraz sociedade de consumo, comer e comprar tornam-se atos compulsivos que aliviam nossas dores e dilemas. Mas embora seja um sintoma de nosso modo de vida, a obesidade é vista como um “problema” e um “problema individual”.

Ativistas feministas nos fazem pensar em como o peso ideal é definido como um padrão universal que não dá conta de diferentes situações, e como a obsessão pela magreza é uma terrível forma de controle sobre as mulheres. Mulheres que se dedicam a pensar sobre o tema resgatam situações de sofrimento, como mulheres que se sentem excluídas, rejeitadas, que deixam de ir à praia, de usar a roupa que querem (Novaes, 2010).

Em nossas formações, as mulheres relacionaram o fato de não gostarem de partes de seu corpo com episódios de assédio que tiveram essas partes como alvo. Também compartilharam situações de risco,

Um mergulho sobre nosso próprio corpo permite que nos desintoxiquemos do sistema patriarcal que...

- impõe um padrão de beleza estrito e inalcançável que mobiliza boa parte de nossa energia, tempo e dinheiro e nos coloca em comparação umas com as outras criando uma divisão entre nós
- define nosso corpo em função de agradar o outro e do que imaginamos que o outro, os homens, esperam de nós, e não considerado para e por nós mesmas
- disciplina e modela nosso corpo em função da maternidade e do trabalho que delegam para nós seja em casa, na roça, no comércio ou na fábrica: mãos rápidas e ágeis, capacidade de aguentar muitas horas de pé, flexibilidade.

como regimes alimentares baseados em não comer, que nos deixam vulneráveis, por exemplo, à bebida ou com menor imunidade.

As imposições sobre as mulheres também variam se somos negras ou se somos trabalhadoras. Quando pensamos sobre como foi mudando nossa relação com nosso corpo, muitas de nós contamos que nos incomodava nosso nariz, nosso quadril largo, nosso cabelo. A consciência sobre ser mulher negra nos faz olhar no espelho de outra forma.

Ainda assim, a indústria da beleza tenta capturar nossas vivências abrindo variações de um mesmo padrão. As negras belas seriam aquelas que se aproximam das brancas com nariz afilado e que “domam os cachos”. Soltar os cabelos é um ato e tanto para cada mulher negra. Após alguns dias, ainda que não falemos sobre o tema, é muito bom ver nas atividades de formação as mulheres soltando os cabelos, tomando chuva ou entrando no mar sem medo de estragar a chapinha.

Várias mulheres também relatam em nossas atividades que não gostam de sua batata da perna – a panturrilha - musculosa. Achem interessante que mulheres que fazem exercício em academia busquem uma panturrilha delineada. Para elas é diferente: perna forte, assim como braço e mão fortes, são fruto do trabalho na roça. E na nossa sociedade o trabalho braçal é visto como inferior e também masculino. É como se a mulher trabalhasse na roça porque o marido não dá conta.

Isso nos leva a conversar sobre as mãos: as mãos que usam a enxada, o facão, que acariciam, que lavam roupa e que sustentam mas que, no padrão de beleza que nos é imposto, deveriam estar imóveis para estar lisas, com unhas longas e pintadas.

NOSSO CORPO, NOSSA HISTÓRIA

Hoje boa parte das mulheres que participam dos movimentos gosta muito de ser negras e compartilha que a cor da pele, os cabelos e o formato do corpo são a expressão viva da sua ancestralidade. Uma companheira guarani compartilhou que “*estar vivas do jeito que somos já é por si só nossa resistência*”.

Agricultoras brancas também resgataram marcas no seu corpo que recordam sua família: “*tenho o formato do rosto igual a minha avó, de quem eu gostava muito*”, ou “*dizem que sou a cara do meu pai, mas eu não me vejo assim, talvez porque não goste tanto dele*”.

As cicatrizes também contam nossa história. “*Minha barriga é cheia de estrias, mas é porque eu gerei quatro filhos*”. Outras se incomodam com cicatrizes que as faz rememorar alguma situação desagradável. Conversamos então que, em vez de querer apagar esta cicatriz, talvez fosse melhor olhar para a situação vivida de outra forma e assim superá-la.

O trabalho que realizamos também marca nosso corpo. No trabalho na agricultura, assim como em outras profissões, podemos sofrer acidentes ou adquirir problemas na coluna. Esse tema traz a conversa sobre como evitar acidentes, nossa postura, o sobre-esforço no trabalho e que ferramentas podemos utilizar para deixar o trabalho menos penoso e ter mais tempo para cuidar de nós mesmas.

TABUS E MISTÉRIOS

Quando sentamos para conversar sobre o corpo, percebemos que ainda há partes dele que são secretas para nós. Mesmo para as jovens que aprenderam na escola, o aparelho reprodu-



tivo parece externo a nós, como uma máquina de funcionamento preciso. Juntas desenhamos o aparelho reprodutivo e tentamos entender o ciclo da reprodução.

Na reprodução começamos a conversar sobre métodos contraceptivos e como está cada vez mais comum a prescrição de métodos que colocam a responsabilidade apenas sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, lhes tira a autonomia de decisão. Isso inclui métodos hormonais como injeção e implante, muito usados com a desculpa de que não tem o perigo da mulher esquecer (como a pílula) e nem ter que negociar com o companheiro (como a camisinha). Mas quase nada se fala dos riscos à saúde da mulher e muito menos que a camisinha também protege das doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS. Algumas vezes as jovens buscam sozinhas informações, lêem na internet sobre os muitos efeitos colaterais dos métodos hormonais, mas também não conseguem negociar o uso da camisinha e acabam caindo numa situação de gravidez indesejada.

A vagina é mais um mistério e o prazer foi um assunto apenas começado. Quando as mulheres falam do assunto, a sexualidade vi-



As mulheres apontam caminhos para deixar de lado a obsessão pelo emagrecimento:

- Experimentar com que peso estamos mais confortáveis em vez de tentar a todo custo ser cada vez mais magras.
- Ser mais flexíveis para aceitar as variações de peso ao longo do nosso ciclo de vida.
- Desenvolver uma melhor compreensão de quais são de fato os problemas de saúde associados ao peso, como por exemplo a diabetes e a pressão arterial elevada.
- Fazer exercícios e comer alimentos nutritivos para nos sentir saudáveis e deixar que nosso peso se equilibre naturalmente

Coletiva del Libro de Salud de las Mujeres de Boston, 2003

vida com os homens ainda é, na maioria das vezes, descrita quase como uma obrigação ou um problema.

A liberdade de viver a sexualidade com quem se gosta apareceu quando juntas assistimos ao vídeo “Mulheres rurais em movimento”, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). No vídeo, uma agricultora testemunha como o apoio do movimento foi importante para que ela assumisse a relação com outra mulher. O convívio com mulheres lésbicas que compartilham suas vivências sem constrangimento desmonta preconceitos. “*É tão bom ser livre e a gente ser quem a gente é mesmo. O importante é que cada uma possa ser feliz*”.

Falamos da menstruação e sobre como ainda hoje as jovens têm vergonha de dizer que estão menstruadas e sobre como tantas padecem cólicas e as vivem como um incômodo. Duas participantes do curso compartilharam histórias positivas que povoaram nossa imaginação. Uma contou que tinha muita raiva de mens-

truar e sentia muitas cólicas. Não dava para saber o que causava o que: a raiva ou a cólica. Ela passou a participar de conversas com mulheres, algumas com uma abordagem positiva do ser mulher, e isto fez com que mudasse sua relação com a menstruação e, com isto, ela parou de ter cólicas.

Outra relatou como sua relação com a menstruação e mesmo com seu corpo mudou depois que ela passou a usar um coletor menstrual. Ao experimentar ela entendeu como o canal vaginal funciona, que tem músculos, que não tem sensibilidade e também que o sangue que desce é muito menos do que a impressão que os absorventes nos dá, já que nos absorventes o sangue se espalha.

Em algumas correntes da agroecologia o sangue menstrual diluído em água é usado como adubo nas plantas no jardim, já que ele tem nitrogênio, fósforo e potássio. Pensar nestas coisas já nos fez olhar para a menstruação como parte da vida e não como algo sujo, mal cheiroso ou uma sangria inútil.

CORPO, MÁQUINA E AGRICULTURA INDUSTRIAL

O padrão de beleza imposto torna as mulheres homogêneas – todas com o mesmo cabelo, sobrancelhas e unhas. A singularidade – o jeito de ser de cada uma – deixa de ser positivo e o que passa a ser valorizado é o ser igual, não importando o quanto é necessário adicionar ou interferir para chegar a este modelo.

Esse processo é similar ao da agricultura industrial, que impõe que as plantas devem ser homogêneas. Dessa forma, por exemplo, a soja deve ter vagens na mesma altura para facilitar a ação da colheitadeira. A mesma desolação que

um campo de monocultura nos provoca também acontece quando olhamos várias mulheres capturadas pelo que a moda impõe.

A agricultura industrial utiliza insumos externos como adubos sintéticos e agrotóxicos para diminuir os ciclos da natureza de crescimento, reprodução, regeneração e assim aumentar a produtividade de uma área. Esse processo é similar à negação dos ciclos do corpo, que oculta a necessidade de descanso para regeneração do corpo, e impõe que este esteja sempre jovem e disponível para a produção.

A ciência e a tecnologia focadas na produtividade baseada em insumos químicos querem controlar tanto a agricultura quanto nossos corpos. Não é à toa que corporações transnacionais, que produzem sementes transgênicas, adubos químicos e agrotóxicos, também tenham braços farmacêuticos que produzem hormônios sintéticos para ser utilizados na menopausa ou em métodos contraceptivos como injeções e implantes.

PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO

Nas atividades de formação, realizamos trabalhos corporais primeiro de maneira individual, como auto-massagem e alongamento, e depois em duplas e trios até chegar ao grupo todo. Refletindo sobre esse caminho, várias outras ações de autocuidado surgiram quando fomos compartilhar nossas práticas agroecológicas.

Na agroecologia, pensamos em práticas que nos proporcionem autonomia frente aos mercados e aos homens. Dessa maneira, não precisamos comprar todos os insumos que necessitamos porque usamos muito do que tem na nossa própria roça. E também não dependemos de



ossos companheiros para implantar e cuidar da horta ou da criação. Não é que a gente queira fazer tudo sozinha. É muito bom contar com a colaboração das pessoas que convivem conosco, como nossos maridos e filhos. Mas é frustrante quando eles ficam sempre adiando ou se dispondo a ajudar só se for do jeito deles. Mais frustrante ainda é não conseguir executar um plano porque não nos sentimos capazes.

Quando compartilhamos práticas de autocuidado compartilhamos receitas de cosméticos naturais. E aí seguimos a mesma lógica de ter autonomia frente aos mercados já que não precisamos comprar uma série de produtos e podemos usar o que há em nosso quintal. E também de ter autonomia frente aos homens, pois nosso parâmetro não é o olhar ou a opinião dos homens mas sim o que nos faz nos sentirmos bem, confortável e relaxada.

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Os grupos de agricultoras foram se organizando com o acompanhamento da SOF com o propósito de implementar ou compartilhar práticas agroecológicas e construir canais de venda direta de seus produtos. Mas foi só as mulheres estarem juntas para que situações de violência vivenciadas por elas aparecessem ou que mulheres vítimas procurassem seu apoio.

Os grupos se tornaram espaços de acolhimento e fortalecimento. Em um grupo elas observaram como uma de suas integrantes estava deprimida por causa das constantes falas do marido desqualificando seu trabalho e suas ideias. Quando ela parou de participar, elas não desistiram: foram visita-la uma, duas, três ve-



zes até animá-la de novo a participar. Em outro grupo as participantes incluíram na sua oferta para os grupos de consumo a pequena produção de ervas de uma vizinha que acreditava não ter nada, não valer nada.

“Agora não voa mais chaleira lá em casa”.

A participação das agricultoras neste processo de formação-organização lhes deu mais confiança em si mesmas, mudando a relação com os companheiros, deixando de aceitar humilhações e agressões.

A violência contra as mulheres é estrutural em nossa sociedade: todas nós mulheres mudamos nosso comportamento e restringimos nossa mobilidade por medo da violência. Ainda assim, cada situação é única, e as mulheres em coletivo conseguem pensar formas de lidar com os casos concretos. Às vezes basta ter um espaço para ser ouvida sem julgamentos. A violência se dá quando a mulher é tratada como “coisa”, então superá-la pressupõe que a mulher recupere a confiança em si mesma como pessoa.

ESCALDA PÉS PARA RELAXAR

Ingredientes

Folhas de hortelã; água quente, 2 ou 3 rodela de laranja e lavanda

Modo de fazer

Ferver a água, colocar em uma bacia, colocar as plantas e colocar os pés na bacia. Os pés possuem aproximadamente 70 mil terminações nervosas ligadas a cada órgão do corpo. Isso significa que o relaxamento dos pés pode influenciar no bem estar e no tratamento de alguma dor e/ou lesão, seja qual for a região que esteja doendo.

CANTEIRO ELEVADO

Pode-se fazer este canteiro com toras de bananeira ou com bambu. Na medida em que vai colocando os pedaços de bananeiras, vai também colocando folhagens secas, cinzas de fogão, esterco de gado, esterco de galinha e terra, até dar altura de uma lâmina de facão. Quando finalizar, colocar capim, folhagens secas e depois plantar as mudas. Este canteiro, além de produzir bem, facilita seu trabalho e ajuda a sua coluna pois não precisa agachar e segura umidade.

Nas atividades de formação buscamos entender as razões da violência contra as mulheres e como nos organizar para enfrentá-la. A cartilha da SOF *“Mulheres em luta por uma vida sem violência”* (2017) é um subsídio para entender as causas da violência sexista e como ela se manifesta. A dinâmica de apresentar o resultado da discussão em formato de programa de rádio ou TV permite que as mulheres compartilhem suas vivências, as analisem situando em um contexto mais amplo e expressem formas de lidar com o problema.

Para sair de uma situação de violência as agricultoras destacaram que é importante que as mulheres percam o medo de agir, que muitas vezes está fundado no medo de não ter como sustentar seus filhos sem a presença do marido ou da denúncia não resultar em prisão e o homem acabar voltando e agredindo ainda mais a mulher, ou ameaçando a família.

O medo de perder a condição de agricultora por perder a terra ou por achar que não dá conta de trabalhar sozinha é muito forte. Por isto em um dos cursos, de Economia Feminista e Agroecologia, foi muito valorizado o fato da atividade de intercâmbio ter sido realizada no sítio de uma agricultora que vive sozinha com seu filho adolescente. Ela compartilhou os desafios e as alegrias de tocar o sítio, com agrofloresta e criação de abelhas, sem ter que contratar outros trabalhadores. E o mutirão realizado durante a vivência permitiu a ela instalar uma horta mandala como já havia há muito planejado,

Preocupa a todas as situações de violência contra jovens e meninas. Muitas mães vivem o dilema de deixar que suas filhas se divirtam, se sintam livres, e o medo de que estes momentos de diversão as coloquem em risco. Nos grupos conversamos como podemos proteger umas às outras, cuidando quando alguma de nós está numa situação de maior vulnerabilidade, como quando se tem que andar um longo trecho sozinha à noite para chegar em casa ou quando se bebeu mais do que o de costume.

Quando conversamos sobre isto nos perguntamos se estamos de novo responsabilizando as mulheres pelo risco de sofrerem violência em vez de impedir a ação dos agressores.



Uma participante do curso de Economia Feminista e Agroecologia comparou esta situação à transição agroecológica. Quando começamos a trabalhar junto com agricultores que utilizam o pacote da agricultura industrial (sementes modificadas, adubos, herbicidas, venenos) vamos aos poucos, propondo uma área de teste (ou chamando a atenção para a produção no quintal realizada pelas mulheres e sem veneno).

Com essa experiência, o agricultor vai percebendo as coisas de outra maneira e até carpir volta a ter sentido. Da mesma forma nossa auto-proteção coletiva pode fazer parte de uma transição, mostrando o que é viver uma vida livre de violência em uma sociedade ainda hegemonicamente patriarcal.

REDES AUTÔNOMAS DE COMUNICAÇÃO*

A tecnologia tem o potencial de diminuir distâncias e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Ao mesmo tempo, está cercada por interesses econômicos e governamentais. Por isso, o princípio da neutralidade da rede define que todos os dados que transitam na rede devem ser tratados da mesma maneira, sem importar sua origem, tipo e destino.

Mesmo em constante ameaça, esse princípio garante uma experiência supostamente livre para quem utiliza a internet. Apesar disso, ainda há uma explícita desigualdade socioeconômica no acesso à rede mundial. Somente 54% das residências brasileiras estão conectadas à internet, sendo a maioria em áreas urbanas (59%) e nas classes A (98%) e B (91%). As

residências das classes D/E conectadas à internet são 23%, enquanto aquelas em áreas rurais chegam a 26%. Esses dados indicam uma discriminação de comunidades periféricas e rurais movida por interesses financeiros.

O que pode mudar esse cenário?

Alguns grupos de tecnologias livres apontam um caminho: trabalhar a ideia de 'Redes autônomas' ou 'redes comunitárias'.

REDES COMUNITÁRIAS

Uma rede comunitária de comunicação é uma infraestrutura alternativa construída coletivamente pelas pessoas. O objetivo é resolver problemas de comunicação de um determinado território, seja trazendo acesso à internet ou provendo serviços locais úteis para seu fortalecimento interno. Com redes autônomas, é possível, por exemplo, que pessoas em casas muito distantes se comuniquem por chamadas de voz sem a necessidade de uma linha telefônica.

Normalmente essa iniciativa acontece por meio de uma associação, de um grupo de moradores ou de um coletivo. Por se tratar de um modelo de comunicação, não há fórmula pronta. De maneira geral, há três pontos que fazem de uma infraestrutura uma experiência autônoma:

- | Estrutura distribuída: o crescimento é possível a partir de qualquer ponto e não há um ponto central que controla os outros
- | Decisões coletivas: o processo deve ser coletivo e voluntário
- | Autonomia: a comunidade deve apropriar-se de conhecimento para manter sua rede e seus serviços sem o apoio de empresas

*Texto elaborado por Carla Jancz, dos coletivos Actantes e Maria Lab.



No Vale do Ribeira, demos os primeiríssimos passos para buscar essa autonomia de comunicação com a realização de oficinas de informática do projeto “Construindo capacidades e compartilhando experiências para uma economia inclusiva”, com apoio do Fundo Newton do Conselho Britânico. Nessa visita inicial, uma técnica de redes fez uma primeira análise geral do território e conversou com as mulheres sobre a possibilidade de instalar uma rede autônoma para, futuramente, distribuir a internet no local.

A internet e outros meios de comunicação empolga todas as participantes porque facilita o contato entre produtoras e consumidoras, auxiliando no escoamento de produtos agroecológicos cultivados pelas mulheres da agricultura familiar.

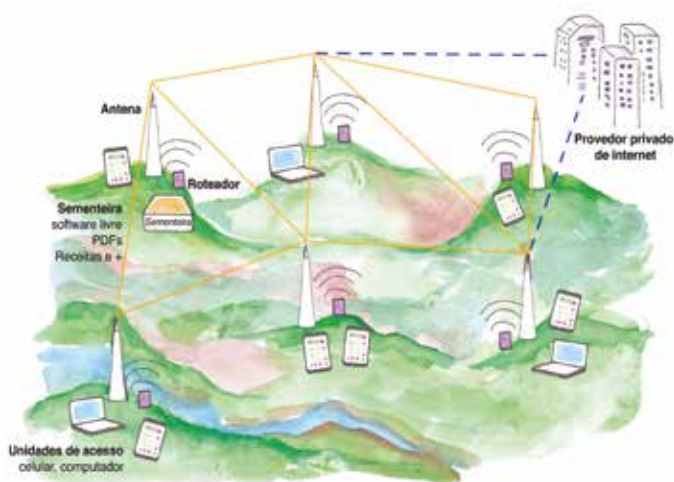
Para se ter uma ideia dos benefícios que isso representa, sem essa rede de comunicação, para fazer chegar em São Paulo a lista dos produtos disponíveis, as agricultoras dos quilombos de Terra Seca e do Cedro precisam caminhar 30 km até chegar no centro de Barra do Turvo, onde há sinal de telefonia.

As redes autônomas de comunicação empolgam as mulheres não apenas porque impulsionam a comercialização, mas porque oferecem também a possibilidades de estudo e lazer para toda a população da região.

Entretanto, sua implementação não acontece do dia para a noite. O primeiro passo é identificar pessoas do território interessadas em tecnologia e dispostas a passar adiante aquele conhecimento para seus vizinhos. Trata-se, portanto, de estabelecer um processo colaborativo, comunitário, não externo ao local.

E COMO FICA A CONEXÃO PARA ALÉM DO TERRITÓRIO?

Infelizmente, não existe solução mágica. Sempre que houver o desejo de se conectar à rede mundial da internet, vai existir a necessidade de firmar um contrato com uma empresa de telecomunicação. Nesses casos, a autonomia da comunidade está em mediar a contratação desse serviço e escolher como ratear esse custo de forma justa. Por exemplo, é possível que a comunidade escolha contratar uma única internet que estaria disponível em todo o bairro, aberta para todos ou



A telecomunicação com o mundo depende de um conjunto de infraestrutura como cabos de fibras ópticas e telefônicas, satélites, antenas de larga distância, distribuidoras de sinais. Até a década de 1990, a rede de comunicação que existia no Brasil pertencia ao Estado, portanto, era pública. Porém nessa época ela foi privatizada, ou seja, vendida a algumas poucas empresas privadas que hoje detêm o controle da maior parte dessa rede. Nas redes comunitárias é possível criarmos nossas próprias estruturas de comunicação interna, que já facilitam em muito nosso trabalho. Mas para que essa estrutura esteja em contato com o restante do mundo, é preciso contratar um provedor pago de internet

limitada aos moradores participantes do rateio. Dessa forma os custos seriam mais acessíveis.

TRABALHANDO A AUTOGESTÃO DO GRUPO: OFICINA DO BALAI

A dinâmica de funcionamento dos grupos de mulheres com os quais trabalhamos se rege pelo princípio da autogestão, isto é, pela participação igualitária, sem hierarquias, de todas suas

integrantes nas decisões relacionadas às diferentes atividades a realizar, bem como no compartilhamento das tarefas e responsabilidades.

Essa forma de funcionar é marcada por desafios permanentes, como o de conciliar os diferentes tempos em que cada mulher está - algumas ainda despertando para a organização coletiva, outras já concentrando muitas responsabilidades - a desigualdade de escolarização ou de acesso a recursos, entre outros.

São diversos os acontecimentos que envolvem o cotidiano dos grupos: a preparação para o plantio, a colheita e a entrega da produção para os grupos de consumo em São Paulo, a preocupação com o mal estado das estradas, a qualidade da água que serve o bairro, bem como com as companheiras que não possuem a DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e/ou a nota de produtora, entre outros.

Nesse processo de construção, amadurecimento e organização, os grupos passam por momentos de escolhas e dificuldades que acabam se transformando em estados de “melancolia coletiva”, nos quais as ações positivas são menos percebidas e há uma certa paralisia do grupo.

Em momentos como esses, atividades que envolvam a reflexão coletiva permitem que o grupo olhe para os diferentes problemas que enfrenta e organize uma resposta a eles. No Vale do Ribeira, com apoio do IRD, fizemos isso por meio da oficina do balaio, que combina a metodologia de grupos focais com dinâmicas práticas.

Nos grupos focais, um roteiro de questões previamente elaboradas permitiu às mulheres falarem sobre a história do grupo, perspectivas, desafios e sonhos, bem como tratar de questões



da organização e de como entendiam as formas de lidar com o grupo, seja para a comercialização ou para tratar dos problemas do bairro.

Durante os grupos focais, ao falarem de alguns temas específicos, as mulheres perceberam os problemas que têm em comum, não apenas aqueles considerados materiais, mas também as preocupações com os jovens e a violência que percebem nos bairros e território.

BALAIO: IDENTIFICANDO PROBLEMAS, RESPONSABILIDADES E AÇÕES

A oficina do balaio foi proposta após perceber que muitas informações e de diferentes assuntos se tornavam uma preocupação constante que chegava a tirar o sono de várias mulheres.

O primeiro passo desta atividade foi identificar os problemas que as mulheres acreditavam ser importantes tratar naquele determinado momento.

O segundo passo foi fabricar um balaio, que poderia ser grande e carregar muitas coisas ou ser pequeno, no tamanho ideal para que todas pudessem carregar sem peso. Ele poderia ser carregado por muitas mãos ou por apenas

algumas e poderia ser feito com um material que estivesse ao alcance delas, como fibras naturais, e que aguentasse mais ou menos peso.

Após ficar pronto, pedimos aos grupos que olhassem para aquele cesto e colocassem dentro dele apenas o que gostariam de carregar. O grupo decidiria as formas de se carregar, o que carregar e como carregar as informações que elas revelaram durante a aplicação do roteiro. Esta atividade permitiu que o grupo resgatasse a memória dos problemas, o que não foi possível resolver, as pessoas e os fatos relacionados que foram importantes na caminhada do grupo.

DIVISÃO DE TAREFAS E RESPONSABILIDADES

Um assunto colocado em comum para todos os grupos foram as questões que envolvem a organização dos coletivos. Os grupos visualizaram que algumas tarefas eram centralizadas em algumas mulheres, por exemplo, as anotações de vendas dos produtos ou a emissão da nota de produtora. Outras se encarregavam apenas da comunicação com os grupos de consumo, pois nem todas possuem celular, e é considerado um trabalho que demanda tempo por conta do sinal do celular que é ruim na região ou porque têm que caminhar alguns quilômetros para avisar as companheiras sobre as informações recebidas.

A partir disso, resolveram que deveriam providenciar a divisão de tarefas por igual, incluindo compra de aparelhos celulares, e compartilhar saberes sobre como organizar as vendas ou realizar anotações na nota de produtora.

Outras questões colocada no balaio dos grupos dizem respeito à entrada de novas mulheres e aos impactos negativos da participação



de maridos nas reuniões no lugar das mulheres. As participantes apontaram que a presença masculina acaba atrapalhando na maneira de olhar e entender os problemas. Ao colocarem as questões da autogestão no balaio, as mulheres se mostraram dispostas a acolher outras pessoas dos bairros, principalmente as mulheres que dizem “não ter tempo para participar de reuniões”. Muitas delas disseram ter passado por esta fase ou que se sentiam incapazes de acompanhar algo, seja pelo tempo ou pela desqualificação, e que sentiram a diferença em suas vidas quando começaram a se dedicar mais aos seus grupos.

Assim, fazer mais reuniões, tratar das questões que impedem as mulheres de saírem de suas casas e estabelecer regras que facilitem a presença ativa de todas foram algumas das ações que identificaram para superar esses problemas e conquistar uma participação horizontal e igualitária. As participantes de organizações mistas também manifestaram que farão um esforço de estar informadas de todos os temas acompanhados por suas organizações para conseguirem tomar parte das decisões coletivas.

OUTROS BALAIOS

Esse esforço de selecionar o que colocar no balaio permitiu às mulheres identificarem novos balaio e seus responsáveis, como a prefeitura, que implementa e gerencia o PAA e a infraestrutura de saneamento básico. Ou então, a SOF, que poderia ajudar na formação das mulheres sobre uso de internet por meio de *smartphones* e de planilhas que facilitam a organização dos produtos, preços e vendas.

A oficina do balaio auxiliou o coletivo Rosas do Vale, do bairro Córrego da Onça, a organizar suas demandas por infraestrutura: a questão das estradas, os horários dos transportes públicos, a distribuição da água, a construção de um espaço de uso comunitário para cursos, lazer das crianças e jovens e os atendimentos da assistência municipal. Estas demandas foram levadas à prefeitura e as mulheres se mostraram satisfeitas com a possibilidade de mudança: “A gente estava com tudo fresquinho na cabeça. Foi muito bom ter colocado os problemas para o prefeito porque ele nunca veio aqui e agora já sabe de tudo”.

QUESTÕES IDENTIFICADAS PELOS GRUPOS

- qualidade da água no bairro e necessidade de tratamento das águas que saem das casas para os rios
- machismo dentro das organizações mistas, nas quais os homens dizem que certos assuntos, como a titulação de terras, não deveriam ser tratado por elas
- ameaça do término de compras institucionais (PAA)
- necessidade de terras para plantar
- acesso a formas e locais para comercialização.
- dificuldades de acesso ao transporte público e à saúde
- ausência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica

SOLUÇÕES E APRENDIZADOS COMPARTILHADOS

- caminhos para a formalização da organização
- uso de biofossas nos quintais das casas para tratamento da água servida para a família

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS FEMINISTAS



As práticas agroecológicas feministas são aquelas atividades relacionadas à agricultura que garantem que as mulheres tenham maior autonomia. Autonomia se refere à capacidade de escolha das mulheres em relação ao uso do seu tempo, às decisões que envolvem seu corpo e também às decisões na esfera reprodutiva e de cuidados e na esfera da produção. Ter autonomia também diz respeito à possibilidade de participar politicamente, por exemplo, de ter a possibilidade de frequentar reuniões, de poder falar e de ser escutada na organização.

Conforme explicado na primeira parte do livro, a agroecologia compreende a agricultura a partir de uma perspectiva integrada, buscando o equilíbrio, a diversidade, o resgate do saber tradicional coletivo, construído pelas comunidades a partir de suas vivências.

As mulheres estão envolvidas em praticamente todas as atividades que acontecem no meio rural. Isso inclui o cuidado com animais de pequeno e grande porte, o trato para ordenha, a semeadura e colheita de grãos e frutos, a garantia da produção dos alimentos para o autoconsumo e a abertura de mercados para a comercialização da produção.

As práticas agroecológicas permitem vencer a chamada “divisão sexual do trabalho”, que separa o conjunto do trabalho que realizamos ao longo da nossa vida entre atividades “de mulheres”, teoricamente mais “leves”, ou “de homens”, “mais pesadas” ou “intelectuais”.

Um dos caminhos para superar a divisão sexual do trabalho é aliar as atividades que são necessárias realizar na propriedade com as atividades que nos proporcionam prazer, seja no plantar ou na execução de outras tarefas do dia a dia.



Quando a repartição ou o rodízio dos afazeres no cuidado da casa ou da roça são repensados a partir da autonomia, trabalhos domésticos como o cuidado com os filhos e a manutenção da alimentação e da limpeza da casa passam a ser uma responsabilidade de todas as pessoas da família, não apenas das mulheres ou das filhas. Outro resultado é o aumento da qualidade do trabalho na produção de hortifrutigranjeiros uma vez que as mulheres passam a ter mais tempo disponível para se envolver em outras tarefas e não somente nos afazeres domésticos.

| TROCAS DE EXPERIÊNCIAS

Garantir a autonomia significa ter um olhar novo sobre tudo. Ao passear pelo quintal ou pela roça com tempo, é possível observar todos os recursos que temos e refletir sobre desafios ou problemas a resolver. Por exemplo, como fazer um canteiro de boa qualidade para produzir do maxixe à cenoura no tempo que temos disponível pra cuidar?

As experiências das mulheres também nos ajudam a pensar como melhorar nossas práticas concretas. Um exemplo são os canteiros suspensos.

“A gente depende dos maridos para ficar refazendo os canteiros e eles dizem: ah, posso ajudar você nisso, mas agora não”.

CANTEIROS SUSPENSOS

RAZÕES QUE NOS LEVAM A UTILIZÁ-LOS

- Menos dores na coluna
- Mais espaço para o enraizamento das cenouras
- Por serem mais profundos, proporcionam mais espaço para a decomposição de matéria orgânica e, portanto, mais nutrição
- Proporciona mais independência das mulheres em relação aos maridos porque utiliza materiais leves, como o bambu
- Reduz o trabalho de capina

Com o uso de canteiros fixos com bambus ou madeira, elimina-se a necessidade de refazê-los a cada plantio, trabalho que é feito geralmente com o auxílio do marido no tempo em que ele se dispõe a auxiliar a mulher nessa atividade. Já com o canteiro elevado, a mulher, responsável na maior parte das vezes pela horta da propriedade, pode fazer o plantio anual das culturas no mesmo local, apenas sendo necessário fazer a manutenção quando o material do bambu ou da madeira estiver se decompondo.

Assim, a observação prática e o intercâmbio sobre os saberes tradicionais nos grupos de mulheres nos levam a desenvolver a técnica mais adequada para o problema que é preciso resolver.

É possível melhorar também o uso das estruturas da casa, como por exemplo, o local do galinheiro. Por que não deixá-lo mais perto da horta? Dessa maneira, é possível eliminar o trabalho de carregar o adubo de um lado até o outro do terreno. Outra alternativa é levar as galinhas para ajudar a carpir e adubar o canteiro.

Práticas como estas resultam no melhor aproveitamento do tempo e também buscam a independência do modelo de produção industrial na agricultura. O “agronegócio” é um modelo impulsionado a partir dos anos 1960



com a chamada “Revolução Verde”, que trouxe máquinas agrícolas, colheitadeiras mecânicas, plantas transgênicas e muitos agrotóxicos para o campo... Com isso, a agricultura familiar ficou refém das lojas agropecuárias e dos empréstimos bancários.

Percebemos isso em casa quando vemos que, nesse modelo, para a produção de alimentos acontecer, é preciso comprar sementes, adubos e venenos na venda. Estes vêm de um único pacote produzido pela mesma empresa, que chamamos de corporações transnacionais ou multinacionais.

E quando olhamos bem de perto, vemos que as indústrias que fabricam esses insumos e produtos químicos para a produção de alimentos são também as mesmas que fabricam os remédios necessários para combater os efeitos do uso de transgênicos e agrotóxicos sobre nossos corpos, como as alergias e o câncer!

Quem nunca conversou com alguém da comunidade de agricultores que, por exemplo, produz tomate para os “grandes” mas não consome o que planta pois está cheio de veneno? Ou que anda reclamando muito de dores de cabeça?

As práticas agroecológicas promovem essa reflexão contínua e buscam melhorar a qualidade do produto e do trabalho e, sobretudo, a autonomia pessoal e coletiva das mulheres.

| MANEJO ECOLÓGICO DOS SOLOS

O solo é a casa da agricultura. Cuidar da casa, como coloca a professora Ana Primavesi no livro “Manejo Ecológico dos Solos”, é perceber que tudo está relacionado:

“Se alguém quiser compreender o ser humano não pode analisar somente por um membro ou órgão. E se alguém quer compreender a terra, não pode analisar somente um fator. Tem que ver todos em conjunto”. (Primavesi, 2006)

Ao garantir um solo bonito, é possível garantir de forma permanente a produção de alimentos saudáveis, com qualidade e com a preservação dos recursos naturais. Além disso, nas práticas agroecológicas, os princípios da solidariedade e a participação da mulher garantem a diversidade, que é sempre constante nos quintais produtivos.

Se você perguntasse à terra o que ela mais gosta de comer, ela diria que é a madeira. Se pedisse a ela para te mostrar quando ela está boa para produzir, ela diria: “quando eu estiver rica em matéria orgânica!”

Então, como garantir a matéria orgânica do meu solo? O solo entendido como vivo: solo que come, bebe e respira?

ESTRUTURA DO SOLO

O solo é um organismo vivo composto por



diversos minerais agregados com porosidades diferentes. Ele respira por meio de macroporos e se hidrata por meio de microporos. Nesse processo, são transportados nutrientes mais leves ou mais pesados aos vegetais, tanto aqueles com raízes mais superficiais quanto aqueles com raízes mais profundas.

Exemplo:

MACROPOROS (entrada de ar): transportam nutrientes mais leves, como o N (nitrogênio) – P (fósforo) – K (potássio)

MICROPOROS (entrada de água): transportam nutrientes mais pesados, como Bo (Boro), Zn (Zinco), S (Enxofre), Mn (Manganês), Mg (Magnésio)

E como saber onde estão esses nutrientes na minha roça?

A terra se nutre a partir da decomposição de matéria orgânica, que é o conjunto de resíduos vegetais ou animais lançados no ambiente. Quanto maior a quantidade de matéria orgânica no solo, maior é a quantidade de nutrientes disponíveis. Quanto mais escuro, solto e brilhante for o solo, maior quantidade de ma-

téria orgânica ele terá, ou seja, maior quantidade de nutrientes ele vai apresentar.

O líquido que sai do caule da bananeira, chamado de “nódoa”, pode ser depositado sobre o solo pois é rico em micronutrientes. Ao se decompor, a terra que fica embaixo fica escura, brilhosa e com muitos microorganismos decompositores de matéria orgânica.

A decadência do solo se reflete no aparecimento de pragas e doenças nas plantas, que servem como alerta de que há um problema. Por isso, eliminar apenas as pragas não resolve a questão central, que é a necessidade de observar a terra e recuperar sua capacidade produtiva.

Atividades práticas de observação do solo realizadas com os grupos de mulheres

■ Caminhada para levantar plantas indicadoras da qualidade do seu solo a olho nu

Algumas plantas repetidamente aparecem em solos secos. Outras, em solos mais compactados, e outras em áreas de monocultivo sem rotação de culturas ou sistemas com uso de produtos químicos em seus tratamentos culturais. Exemplo de plantas indicadores de deficiência de nutrientes:

NUTRIENTES	FONTES
N – Nitrogênio: responsável por trazer proteínas e mais vitalidade às plantas	Esterco de vaca fresco, de galinha ou de porco
P – Fósforo: responsável pelo bom crescimento da planta, entre outros processos	Semente de colorau em pó, farinha de osso, composto de resto de peixe
K – Potássio: auxilia no fluxo dos nutrientes	Cinzas do fogão à lenha, caule da bananeira,
B – Boro: auxilia na formação dos frutos	Nódoa da bananeira
Mn – Manganês: auxilia no controle de fungos e vírus	
Zn – Zinco: auxilia no processo de absorção de nutrientes	



- | Picão
- | Trapueraba
- | Barba de bode
- | Guanxuma

Além disso, a presença de cupinzeiros e formigueiros também indicam deficiência nutricional do solo.

■ Teste de estrutura de solo

São testes caseiros feitos com o auxílio de um vidro ou manualmente para verificar qual tipo de solo está presente no local - mais argiloso, mais arenoso, misto etc. - e a porcentagem de argila presente.

Eles são úteis não apenas para a agricultura, como também para conhecer a qualidade da argila nas construções de pau a pique.

Como fazer:

No local de plantio, retira-se uma amostra de solo e coloca-se no vidro com um pouco de água. Se a água decantar rapidamente, o solo é mais arenoso do que argiloso. Outro exemplo: toma-se uma amostra de solo e molha-se com um pouco de água. Se manualmente for possível moldar uma cobrinha sem quebrar, significa que o solo é mais argiloso. Caso quebre, o solo é mais arenoso e não consegue segurar a água.

■ Observação do relevo

Nas caminhadas em grupos, observamos o relevo e sua interferência no curso da água,

identificando na propriedade os melhores locais para fazer a curva de nível e evitar que os nutrientes sejam levados pela água até o curso mais baixo do local.

Esse levantamento valida os locais de passagem da água para a construção de açudes destinados à produção de peixes ou mesmo para a irrigação das lavouras pela gravidade, bem como os locais de potenciais nascentes na propriedade.

Assim, quanto mais inclinado for o terreno, maior número de curvas de níveis devem ser feitas e com menos espaçamento entre elas quando comparadas a áreas mais planas, por exemplo. Além de economizar com adubos, isso proporciona a permanência da água subterrânea utilizada pelas plantas do local.

■ Cobertura de solo

Os canteiros de muitas mulheres são feitos sem a cobertura de solo. Isso abre espaço para a chegada de capins como a braquiária e a tiririca, que gostam de luz. Cobrir o solo previne a instalação dessas plantas dominantes, além de evitar a evaporação da água pelo sol, garantindo a umidade do solo.

Nas caminhadas, observamos muitas plantas que geram bastante biomassa e podem ser utilizadas para cobrir os canteiros e até mesmo os caminhos entre os canteiros, que geralmente precisam ser carpidos e limpos e consomem muito de nosso tempo.

Em nossos intercâmbios, pensamos em plantas que podem ser incluídas durante os plantios para cobrir o solo, como o napiê, a bananeira e o margaridão. Ao fazer isso, reduzimos nosso trabalho, evitando de trazer essa cobertura de outros locais, muitas vezes longe. Além disso, essas plantas impedem que a bra-

quiária se instale, conseqüentemente, reduzindo o trabalho de roçada e eliminando o uso de herbicidas e outros venenos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

| ENERGIA

Quando falamos de energia, estamos nos referindo ao sol, ao fogão à lenha, à compostagem, à cisterna, às curvas de nível, ao tempo para regar e a tudo aquilo que envolve trabalho. Ou seja: quanta energia é despendida para realizar uma determinada atividade.

A energia que gastamos pode também ser armazenada e reutilizada. Empregar ferramentas que facilitem nosso trabalho no dia a dia nos garante mais tempo de descanso, de lazer e um reaproveitamento das coisas em casa para mais de uma função.

Por exemplo, a construção de um fogão à lenha é feita a partir das necessidades da mulher, da característica do seu barro, da altura melhor para trabalhar e da disposição do fogão à lenha em relação ao restante da casa, para que ela possa trabalhar melhor e gastar menos energia. Por que não nos organizamos desta maneira em todas as demais estruturas da casa e na nossa roça?

Nas práticas agroecológicas feministas, Energia = Trabalho = Tempo, então, garantir este recurso com o auxílio dos animais e dos vegetais pode lhe oferecer melhor uso do tempo. Ao realizarmos um “balanço energético”, pensamos em tudo o que utilizamos para realizar as nossas atividades, por exemplo, quantos insumos como adubo, diesel, ferramentas, são necessários.

Quando fazemos mutirões de mulheres, encontramos tempo para conversarmos sobre

nossas vidas e os desafios para a produção de alimentos, além de garantir melhor desempenho do trabalho em menor tempo. Dessa maneira, o mutirão é uma prática agroecológica.

Ter ferramentas bem amoladas também garante maior agilidade, desempenho do trabalho e cuidado com as plantas e, com isso, menos energia é gasta com o uso de boas ferramentas. Por isso, as políticas de crédito como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), voltadas para a aquisição de ferramentas adequadas, também dizem respeito à autonomia e à liberação de tempo, necessário não apenas para as atividades produtivas, como também para o prazer e o lazer.

Com isso, aproveitar a energia significa:

- | Cuidar das ferramentas
- | Ir aos mutirões
- | Garantir políticas de crédito às mulheres
- | Ter o tempo necessário para si mesma

FERRAMENTAS E AUTONOMIA DAS MULHERES

O uso das ferramentas na agricultura agroecológica está diretamente associado aos tempos de realização das capinas, podas, manejo da matéria orgânica. Assim, as mulheres na agricultura agroecológica podem buscar ou mesmo desenvolver ferramentas mais leves, portáteis e práticas para si e com isso trabalhar o mesmo tempo com menos esforço, com melhores posturas e cuidado com o corpo, além de realizar mais atividades e maiores no mesmo tempo.

Devido ao peso de algumas ferramentas como, por exemplo, cavadeira, motosserra e serrote de poda para tiragem de lenha ou manejo da matéria orgânica e até mesmo a enxada para o levantamento de canteiros, muitas vezes



as mulheres aguardam os tempos e a vontade dos maridos para fazerem as atividades.

O serrote de poda encurvado, flexível e leve é feito para realizar a poda com pouco esforço e é capaz de realizar podas em árvores de até 15 cm de espessura, sem que serrotes grandes e pesados sejam necessários. Com isso, as mulheres podem levar lenha para casa quando falta sem aguardar o retorno dos filhos ou do marido. Ele é especialmente útil em sistemas agroflorestais, onde a poda é frequente no cultivo dos grãos e de frutas especialmente.

“Nunca imaginei que eu com 70 anos conseguiria cortar essa árvore e levar lenha pra casa”.

Para o levantamento de canteiros, além da suspensão dos mesmos com podas de bambus e madeira permitida com o serrote flexível, também o cabo da madeira da enxada deve ser escolhido entre os mais leves e a lâmina deve ser curta e muito bem amolada com uma inclinação de quase 45°.

“Minha enxada não sou eu que amola porque tem gente que é muito bom pra isso, mas a madeira e a linha dela eu é quem escolho. Esta aqui tem 45 anos que está comigo”.

Com a aplicação de caldas naturais caseiras e biofertilizantes, pode-se substituir a bomba costal

de aço, mais pesada, por uma de plástico já que não há corrosão do material. A bomba de plástico contém a mesma capacidade de 20 litros de fertilizante. O tempo médio que uma mulher jovem leva para aplicar a calda com a bomba de plástico é de 1 bomba em 30 minutos, comparado com 45 minutos com a bomba mais pesada, além de conseguir realizar 8 bombas por dia com a bomba de plástico contra quatro bombas com a de aço.

“Eu nem borrifava nada, além de nunca gostar de veneno. A primeira vez que vocês falaram do biofertilizante pensei, ‘ai, meu marido não vai querer aplicar’, agora com essa bomba eu mesma aplico o bio que eu mesma faço”.

| ÁGUA

A água, assim como a terra, é um recurso coletivo, um bem comum da comunidade. A

- Uma forma de manter a água sempre presente no solo é o cultivo em curvas de nível.
- Quando chove, as curvas impedem que os nutrientes sejam “lavados”, ou seja, levados do solo para os rios.
- A construção de açudes e curvas de nível nos permite ter fluxo de água permanentemente no roçado.
- Também é possível captar a água da chuva em um tambor de 200 litros, que funciona como uma cisterna. Essa água pode ser utilizada para lavar a louça, tomar banho ou irrigar os canteiros.

água circula por diferentes espaços, tanto em solos montanhosos quanto em solos rasos. A pressão da água oscila, mas ela está sempre presente, inclusive pelo ar, por meio da chuva.

É importante fazer um mapa hídrico que mostre todos os pontos de água existentes na propriedade. Esse desenho ficará mais completo se for feito com toda a comunidade, já que é uma preocupação de todos. Com o mapa hídrico da região, é possível visualizar os locais onde existe mais água e os locais onde a água precisa chegar para que mais famílias tenham acesso a esse bem comum.

Também é preciso pensar no processo de saneamento básico, que diz respeito a tudo que tem a ver com o fornecimento de água potável, desde a sua captação em rios, fontes ou chuva, até seu uso e tratamento de esgoto para posterior reutilização. É possível ter um modelo de saneamento básico de forma caseira, com autonomia, tendo ou não a parceria do poder público. Ele pode ser iniciado por nós mesmas com a construção de fossas sépticas ecológicas feitas a partir de pneus velhos, areia, pedrisco, carvão e outros recursos de baixo custo encontrados na própria comunidade. Em mutirão, é possível também fazer uma fossa caseira.

CONSTRUÇÃO DE FOSSA SÉPTICA: ALTERNATIVA DE SANEAMENTO

Agricultoras da comunidade Bela Vista, na Barra do Turvo, destacam em suas falas os problemas decorrentes da falta de saneamento básico. Os sistemas precários da região incluem basicamente fossas negras e sumidouros. É muito comum também o esgoto ser lançado

- 50,3% da população têm acesso à coleta de esgoto.
- Mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso a este serviço.
- Mais de 3,5 milhões de brasileiros, nas 100 maiores cidades do país, despejam esgoto irregularmente, mesmo tendo redes coletoras disponíveis.
- 47% das obras de esgoto do PAC, monitoradas há seis anos, estão em situação inadequada. Apenas 39% de lá para cá foram concluídas e, hoje, 12% se encontram em situação normal.

Cerca de 450 mil pessoas nos 15 municípios paulistas têm disponíveis os serviços de coleta dos esgotos, porém não estão ligadas às redes e, portanto, despejam seus esgotos de forma inadequada no meio ambiente.

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2015); Estudo Trata Brasil "Ociosidade das Redes de Esgoto – 2015"

diretamente nos córregos e rios sem nenhum tipo de tratamento.

Conscientes da gravidade da situação, as mulheres trouxeram para o grupo a demanda e o grande desejo de cuidar da condição dos rios e da água utilizada para o consumo, assim como de tratar o esgoto.

A partir daí, começamos os estudos de possíveis sistemas de tratamento de efluentes para amenizar os impactos desses resíduos e levantar os custos de implantação. Tomamos como base as experiências que conhecíamos ou sobre as quais já tínhamos ouvido falar para avaliar qual seria a melhor opção de tratamento de esgoto para o bairro.



- A Fossa Séptica Biodigestora é um sistema desenvolvido com o objetivo de promover a captação e o tratamento do esgoto em áreas rurais a um custo barato para o produtor rural. Ela tem como base o processo da biodigestão de resíduos orgânicos, no qual bactérias decompõem a matéria orgânica resultando em dois produtos: o biogás metano e o efluente, que é um composto sólido, sem odores, que pode ser utilizado na adubação de árvores.
- Há registros do uso de fossas biodigestoras já em Mumbai (Bombaim), na Índia, em 1819. Também na Austrália, desde 1911, uma companhia produz e industrializa o metano oriundo do esgoto.

Analizamos três diferentes sistemas alternativos de saneamento.

O primeiro foi a Biofossa de Evapotranspiração, experiência que havia sido implantada na região de Cunha, no Vale do Paraíba, que descartamos em função das dificuldades técnicas apresentadas para sua implementação como, por exemplo, a elevação do lençol freático e a vedação eficaz do sistema.

Um segundo modelo de sistema analisado foi o de “Fossa Séptica Ecoeficiente”, idealizado pela Cooperafloresta, que é construído com placas de cimento, duas caixas, uma de decantação e outra de tratamento biológico, com tijolo ou bambu. Os custos de implantação desse modelo eram mais adequados à realidade - aproximadamente R\$ 600 de material - porém um empecilho era a mão-de-obra para a construção das placas de cimento.

Descobrimos o terceiro modelo ao participarmos de um curso sobre implantação de Fossa Séptica Biodigestora do modelo Embrapa, que foi bem avaliado pelo grupo. Entretanto, o principal limitante dessa alternativa eram os altos custos de implantação. Fomos então buscar possibilidades de adaptações desse modelo.

Em um intercâmbio realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia, conhecemos companheiras da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) de Agroecologia de Minas Gerais que contaram sobre a experiência e nos apresentaram um Boletim Técnico Agroecológico sobre Fossa Séptica Biodigestora, construído com bombonas a um custo acessível (REDE, 2016).

Mãos à obra!

A primeira fossa piloto foi possível com a participação de todas e todos, com arrecadação de fundos, composta pela renda oriunda da venda de fitopreparados produzidos pelo grupo, de ovos comercializados para os grupos de consumo, de recursos pessoais e também do bingo na festa junina. Dessa maneira, foi possível pensar uma forma mais autônoma de construção, sem depender de recursos de editais, valendo-se de mão-de-obra em mutirão.

O mutirão de implantação da fossa séptica biodigestora foi realizado em 01 de outubro de 2017 e teve o apoio de jovens do Coletivo Hortá di Gueto, de Taboão da Serra, que atua na aproximação entre a roça e a “quebrada” (periferia) também por meio de feiras agroecológicas onde revendem alimentos dos grupos de agricultoras da Barra do Turvo.

Esse projeto piloto estimulou a comunidade a se organizar para levantar mais fundos e buscar outros caminhos com o objetivo de implementar outros 30 modelos inspirados nesse sistema de fossa.

Construção do sistema

O sistema é dimensionado para recolher apenas o que chamamos de água negra, que seria a água que vem do vaso sanitário. Por isso, esse sistema não deve estar ligado à rede do encanamento do banheiro.

A fossa deve ser construída em desnível de pelo menos 40 cm da saída do cano da privada e há 4 metros de distância da casa, longe de poços ou locais de captação de água.

Para famílias de até quatro pessoas, o sistema é composto por:

- | 3 bombonas de 200 litros
- | 3 joelhos de PVC 100 mm
- | 3 “T” de PVC 100 mm
- | 1 flange de 40 mm
- | 1 cano de PVC de 40 mm
- | 1 cano de PVC de 100mm
- | 0,5 m³ de brita nº 1

É importante que as bombonas tenham tampa móvel, com rosca, para que seja possível realizar monitoramentos se necessário. É importante também dar preferência a bombonas reutilizadas de fontes alimentícias.

Os tubos e conexões são colados com silicone veda-calha.

A maior parte do resíduo ficará retido na primeira bombona por decantação. Na entrada dos efluentes há sempre um joelho que fica com 10 cm de cano de 100 mm de sobra para o encaixe do cotovelo e na saída um “T”. A conexão entre uma bombona e outra deve ser feita com declive de 2 cm pelo menos. As bombonas devem estar em nível e os furos, a 2 cm abaixo do furo anterior, são feitos com o auxílio de uma serra-copo.

Inicialmente, são adicionados à primeira caixa uma mistura de, aproximadamente, 5 litros de esterco de ruminante fresco e 5 litros de água. O objetivo desse procedimento é aumentar a atividade microbiana e, conseqüentemente, a eficiência da biodigestão.

Esse processo deve ser repetido a cada 30 dias. O esterco seco também pode ser adicionado no próprio vaso sanitário.

Para a limpeza do vaso sanitário, é importante substituir produtos de limpeza com clo-

DICAS PARA UM BOM PLANEJAMENTO

- 1º: Faça uma lista de tudo que você produz. Exemplo: alimentos que você consome, alimentos que têm mais saída para a comercialização, alimentos que você gostaria de plantar.
- 2º: Organize um calendário mensal com o que deve ser plantado e colhido em cada mês e quais os insumos necessários para isso. É importante acrescentar o período de colheita de cada alimento, a quantidade a ser colhida, o dia da colheita e de quanto em quanto tempo fazer o replantio. Ao fazer esse acompanhamento durante um ano inteiro, no ano seguinte você saberá qual é sua capacidade de produção e suas condições para aumentar ou diminuir a produção de cada tipo de planta, considerando as variações do clima e do mercado consumidor.

**Atenção: vale sempre experimentar e adaptar uma planta que não seja de sua roça. Assim como a diversidade é presente nos quintais e roças das mulheres, a diversidade também é parte da natureza.*

ro ou químicos, que afetam a atividade dos microorganismos, por sabão neutro ou sabão de coco. A água deve ficar retida pelo menos um dia dentro de cada bombona para a ação das bactérias.

Atualmente há muitas alternativas para cuidar da água e do solo. Uma simples caixa de gordura na saída da pia da cozinha, do banheiro, ou da água da máquina de lavar roupas associada a caixas com brita, areia e

carvão funciona como filtro, retirando grande parte das impurezas. As águas cinzas (águas que não são provenientes do vaso sanitário) como as da pia do banheiro, cozinha, chuveiro e roupa) podem ser tratadas e reutilizadas para adubação de pomares ou ainda direcionadas para um círculo de bananeiras ou zona de raízes, onde utilizamos plantas de folhas largas ou que preferem lugares alagados. As raízes também funcionam como filtro, retiram a água pelas raízes e devolvem para o ar e ainda aproveitam os nutrientes presentes na água a ser tratada.

PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO E DIVERSIDADE

A caderneta agroecológica é uma ferramenta que dá visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres na roça e nos quintais produtivos e permite a elas ter consciência e autonomia sobre a renda que geram. Trata-se de um caderno que contém quatro colunas, onde são anotadas informações sobre a produção e o que foi consumido, doado, trocado ou vendido. Com essas anotações, a caderneta passa a ser também um ótimo instrumento de planejamento de produção.

Para produzir de forma a garantir o autoconsumo e o fornecimento de alimentos para comercialização em diferentes mercados, como o PAA, o PNAE ou em feiras, é preciso calcular quantidades e também o tempo que leva entre o plantio e a colheita, bem como a quantidade de nutrientes necessários.



Anote quantas variedades de abóbora ou de bananas você cultiva, assim como as raízes, os feijões e arroz centenários.

Faça uma tabela com oito colunas e anote em cada uma delas:

- | Nome da planta (espécie)
- | Quantidade plantada
- | Data (plantio)
- | Lua (plantio)*
- | Data (colheita)
- | Quantidade colhida (kg)
- | R\$/Kg
- | R\$ Vendido

**A observação da lua influencia no dia do plantio dependendo da parte da planta a ser colhida: raiz, folha, flor ou fruto.*

SEMENTES E MUDAS: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

As sementes crioulas são aquelas cultivadas e mantidas pelos povos e comunidades tradicionais ao longo de gerações, perpetuando a riqueza natural de nossas terras. Por meio dos cultivos agroecológicos e das trocas de sementes, elas permanecem vivas.

Porém, as sementes, assim como os adubos, vêm sendo manipulados pelas grandes indústrias do agronegócio para que não se reproduzam mais. Dessa maneira, essas corporações têm o poder de controlar a produção de alimentos já que as sementes modificadas geneticamente produzem com vigor uma única vez. O objetivo disso é gerar dependência no agricultor porque, a cada plantio, é necessário comprar novas sementes.



Em oposição a essa mercantilização da natureza, na agroecologia preservamos e reproduzimos as sementes que plantamos, que são fundamentais para manutenção do patrimônio natural da humanidade. Muitas comunidades tradicionais guardam e reproduzem suas próprias sementes para que estejam disponíveis para as futuras gerações.

SUBSTRATOS CASEIROS E MUDAS

Os substratos são adubos feitos para a germinação das sementes. Eles se diferenciam dos demais adubos por apresentar um material muito fino, que permite a germinação tanto de sementes de pequeno porte, como as de cenoura, quanto as de grande porte, como as do jatobá.

Utilizamos um conjunto de insumos produzidos em casa para não haver gastos externos, entre eles, esterco de vaca curtido e seco, farinha de osso, cinza, cada um com características nutricionais próprias. Adicionamos areia para manter a drenagem e não compactar a terra quando irrigar.

Exemplo de substrato:

Terra arenosa (drenagem) + cinza (potássio) + um pouco de terra de mata (matéria orgânica) + casca de ovo (cálcio) + cororal (fósforo) em pó + compostagem de casca de mandioca (amido).



- As plantas que utilizamos são colhidas no próprio meio ambiente
- Algumas são reproduzidas por sementes
- Outras são reproduzidas por estacas, enxertos caseiros e outras técnicas de reprodução.

A irrigação deve ser feita com gotejo bem fino para evitar que a semente saia do lugar ou caia da bandeja. Os viveiros com as bandejas devem estar direcionados para a face norte para garantir 100% de luz durante o dia, considerando que o sol nasce no leste e se põem no oeste.

É importante fazer suas próprias mudas e guardar suas sementes. Não deixe de desenhar o local do viveiro de mudas e anotar o ponto da receita do seu substrato.

O armazenamento de sementes geralmente é feito em garrafas PET. Para que seja duradouro, antes de fechar a garrafa, são colocadas cinzas de lenha, o que permite guarda-las por mais de 10 anos. As garrafas devem ser mantidas fechadas e guardadas em local fresco. É importante anotar em cada vasilhame o dia, mês e ano da colheita da semente e a espécie.

Este é um patrimônio da humanidade, um conhecimento que não se perde, mas se multiplica a cada encontro!

ADUBAÇÃO VERDE, CALDAS E HOMEOPATIA

As práticas agroecológicas envolvem um saber amplo a respeito das propriedades das plantas envolvidas nos ecossistemas, respeitando seus princípios ativos e, portanto, compreendendo sua função curativa e nutricional. Ao preparar as “refeições” das plantas, seguimos receitas para que elas possam se alimentar e se nutrir e, assim, crescer de forma saudável.

ADUBAÇÃO VERDE, O QUE É?

Os adubos verdes incluem aquelas plantas que têm a capacidade de fornecer nutrientes para o solo ou aquelas que produzem muita massa verde e que, quando plantadas, deixam no solo matéria orgânica e cobertura que enriquecem a vida da terra.

São muitas as plantas que podemos chamar de adubos verdes. No quadro ao lado listamos algumas que são ideais para cultivar no período das águas (primavera e verão).

CALDAS BIOFERTILIZANTES

As caldas biofertilizantes são líquidos de consistência mais espessa aplicados nos microporos das folhas das plantas que, em comparação com o adubo de compostagem, permitem a absorção mais rápida dos nutrientes necessários.

As caldas são feitas com o uso de adubos e chás para insetos e animais indesejáveis, acompanhados de elementos como, por exemplo, o calcário, que auxilia a terra a se reestruturar



perdendo a acidez, responsável pela paralisação dos nutrientes que as plantas precisam.

A preparação da calda em um grupo de mulheres é como um encontro de troca de saberes, pois cada uma tem muito conhecimento sobre as propriedades dos chás e as funções de cada planta que mais utiliza em casa.

É importante que a calda contenha todos os mesmos micronutrientes que são necessários para um solo rico. Ver na página 49, quais são eles e onde encontrá-los.

As caldas biofertilizantes são feitas por fermentação com entrada de ar, conhecida como fermentação aeróbica, a mesma utilizada quando se faz pão. O tambor é coberto para evitar a entrada de moscas varejeiras, mas permitir a entrada de ar. O fermento caseiro se faz acrescentando o açúcar, mel, melado e leite como nas receitas domésticas.

As receitas são criadas, trocadas e constantemente adaptadas ou transformadas, assim como as práticas agroecológicas: elas acontecem

há muito tempo, em muitas regiões do mundo todo, talvez não com esse nome. São práticas do dia a dia e saberes da agricultura familiar que passam de gerações a gerações e que jamais perdem sua funcionalidade, por isso podem ser constantemente resgatados.

Além de inúmeras caldas possíveis que fortalecem as plantas contra doenças e predadores, outra forma de prevenção e reforço é o uso da homeopatia.

Exercícios

1. Escreva uma lista de plantas do seu quintal que podem ser utilizadas na calda biofertilizante e para que servem.

2. Escreva a receita trabalhada na prática com o grupo de mulheres

| HOMEOPATIA

A homeopatia é uma cultura milenar, que teve origem no Oriente, do outro lado do planeta, e que é utilizada diariamente pelas

Crotalária	Essa planta é muito boa para controlar doenças no solo. Plantar entre as bananas ajuda a diminuir a influência do caramujo em algumas áreas. Sua flor é ótima para a polinização das abelhas.
Feijão guandú	Fixa nitrogênio no solo. A semente é nutritiva em proteína. Pode ser colhida e utilizada em farofas. As folhas servem de alimento para o gado. Além de ser resistente à seca, este feijão serve como barreira de vento e estrutura para viveiro.
Mucuna preta	Planta muito forte, tem o crescimento indeterminado e com as suas folhas grandes e fortes deixam uma excelente cobertura no solo, além de conseguir disputar bem com a braquiária quando é preciso combatê-la.
Feijão de porco	Excelente adubador de solo com nitrogênio. Sua semente está cada vez mais rara e, por isso, é muito bom reproduzi-la.
Girassol	Excelente polinizador para abelhas e insetos diversos, além de ter um efeito de atração de parasitas e lagartas para ele protegendo as plantas dos mesmos.



peças que não querem consumir remédios e venenos. Nas práticas agroecológicas, o conhecimento da homeopatia pode nos auxiliar na produção dos próprios medicamentos naturais de forma eficaz para as nossas plantas e para nós mesmas.

Olhar para a doença não se restringe a curar imediatamente o resfriado ou “meter” veneno para curar uma “praga”. Olhando de forma mais ampla, é preciso entender porque o resfriado e as doenças aparecem. Se elas não aparecem sempre, somente de vez em quando, o que falta de vez em quando para que não apareçam?

Esse pensamento nos permite ir além e garantir que nosso lar, nossa roça e nosso organismo estejam sempre saudáveis. Pode ser que quanto mais remédio eu utilize ou quanto mais veneno eu aplique, mais difícil será para chegar à resposta sobre o que de verdade está faltando para não ter mais doenças em casa ou na roça.

A homeopatia tem como base o princípio *similia similibus curantur* (semelhante pelo semelhante se cura). Ou seja, o tratamento se dá a partir da diluição e dinamização da mesma substância que produz o sintoma num indivíduo saudável.

Por exemplo, é muito eficiente no combate às formigas um composto feito à base dessas mesmas formigas, maceradas e diluídas em álcool 70% por 13 vezes no processo de manipulação. Essa calda se constitui em sinal de perigo para as formigas vivas já que contém, em si, a memória de outras formigas mortas e diluídas na elaboração desse produto homeopático.

Assim, a homeopatia reconhece os sintomas como uma reação contra a doença. A doença seria uma perturbação da energia vital do seu organismo ou da sua roça e a homeopatia provocaria o restabelecimento do equilíbrio.

Dessa maneira, nas práticas agroecológicas a cozinha vai para a roça e a roça também vai para a cozinha tornando-se uma farmácia viva.

Exercício

Escreva seu caderno de manipulação homeopática indicando:

- | Animal/Vegetal
- | Data de manipulação
- | Composição
- | Lua
- | Data de aplicação



CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

A caderneta agroecológica é um instrumento que dá visibilidade ao trabalho feito pelas mulheres nos quintais e roças e ajuda a promover sua autonomia. Trata-se de um caderno simples, com quatro colunas que organizam as informações sobre o destino da produção: o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido.

Acompanhamos a implementação de seu uso por parte de um grupo de 27 mulheres do Vale do Ribeira dentro do projeto “Sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”, realizado em parceria com o Instituto Federal de Matão, em São Paulo, e com o GT de Mulheres da ANA.

Esse trabalho iniciou com o exercício do mapa da sociobiodiversidade: as mulheres desenharam seus quintais e mostraram os usos dos espaços. Após o desenho e apresentação do mapa foi solicitado que escrevessem em um papel como eram divididos os trabalhos e tarefas na unidade de produção, entre homens e mulheres.

Ao compartilharem os resultados entre todas, pudemos primeiramente observar e dialogar sobre como se dá a divisão sexual do trabalho no meio rural: nos desenhos, o homem aparece carpindo e trabalha no quintal “de longe” e a mulher está no quintal do lado da casa mexendo na horta. Ou ver que as mulheres cuidam mais das hortas e galinhas enquanto os homens ficam com as vacas e o curral. Algumas agricultoras mostraram também que os trabalhos se misturam, na forma de ajuda quando há necessidade: “quando eu preciso ele me ajuda na cozinha e eu ajudo ele na roça”. As definições da divisão do trabalho, das atribui-

ções dos papéis, só ficaram mais claras quando todas contavam suas experiências: “eu pensei que lá em casa a gente se ajudava, mas eu percebi como as mulheres só ficam com as tarefas domésticas e, se a mulher não está em casa, o homem não faz por conta própria”.

Em um segundo momento, socializamos experiências e percepções sobre o uso das cadernetas. Muitas relataram que tiveram dúvidas sobre o que anotar, como precificar e explicações do porquê de muitas não terem anotado nada na coluna de “trocas”. Além disso, todas, sem exceção, informaram que passaram por momentos de constrangimento e intimidação quando começaram a sistematização: muitas disseram que os filhos e maridos falavam que era besteira o que elas estavam fazendo. A vergonha de mostrar suas anotações era outro tema frequente e muitas pediam para os filhos ou netos escreverem para elas. Outras situações embaraçosas e confusas se relacionavam à falta de referência de preços, pesos e medidas do que era vendido, produzido ou doado. Mesmo assim, todas relataram que o hábito de organizar a caderneta agroecológica acabou aproximando-as da realidade que vivem.

| APRENDIZADOS

Durante o curso “Economia Feminista e Agroecologia”, realizado em Peruibe no mês de novembro de 2017, fizemos um momento para compartilhar as informações das cadernetas e propusemos uma metodologia chamada “gira-gira”: as mulheres ficam em círculo, uma de frente para a outra, e a mulher que está dentro da roda responde para a companheira da frente



Após compartilharem o que ouviram...

- perceberam que produzem mais do que achavam que produziam
- puderam visualizar sua produção e estimar o que poderiam vender sem faltar para o autoconsumo
- compreenderam melhor a sazonalidade dos produtos
- perceberam que economizam muito porque, ao plantar para o autoconsumo em seus quintais, deixam de gastar no mercado além de terem uma diversidade de alimentos
- a caderneta foi um documento útil, que permitiu obter a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar
- após mostrar sua caderneta para seu marido, uma agricultora conseguiu convencê-lo a fazer uma cerca que ela precisava há tempos porque ele percebeu que ela também estava trabalhando e colocando dinheiro em casa

as perguntas que são colocadas. As que estão na parte de dentro do círculo falam simultaneamente para aquelas que estão apenas ouvindo à sua frente. As perguntas foram:

1. Quais os aprendizados de anotar na caderneta agroecológica?
2. Quais as dificuldades?
3. Pergunta livre feita pelas mulheres que estão ouvindo.

“Comecei a ver que tem valor e que muita gente não planta igual e comecei a oferecer ou pedir algo em troca”.

Como apenas algumas mulheres dos grupos que a SOF acompanha estão realizando as anotações das cadernetas, em todos os momentos juntas realizamos a apresentação deste instrumento e as agricultoras sempre se mostram curiosas para iniciar as anotações e entender seu funcionamento. Há o caso de uma agricultora de Apiaí, em São Paulo, que iniciou as anotações na caderneta e depois ensinou suas filhas a anotarem também. Outras agricultoras também decidiram iniciar a comercialização de alguns produtos em seus próprios bairros.

Muitas agricultoras relataram a importância de se produzir sem venenos e com mais qualidade, motivo pelo qual produzem para o autoconsumo. Essa percepção surgiu quando, ao preencher a caderneta, era fácil colocar o preço do produto para a venda mas era difícil preencher os valores na coluna de “consumo” justificando que, para elas, não é possível monetarizar o que se produz para comer em casa

Nesse mesmo sentido as colunas das “trocas” eram sempre as mais vazias e, ao questionar a ausência de anotações, as mulheres explicaram que são doações e recebimentos e não trocas simultâneas: “hoje eu colhi chuchu e doei uma sacola para minha vizinha e eu sei que ela vai me dar alguma coisa quando ele colher”.

MAIS AUTONOMIA PARA AS MULHERES

A primeira sistematização realizada pelo CTA Zona da Mata/MG em 2014 mostrou a grande biodiversidade de espécies vegetais e animais nos quintais produzidos pelas mulheres. Além de qualificar e quantificar como indicadores de segurança alimentar das unidades de produção, as cadernetas se apresentaram como um instrumento de garantir a autonomia das agricultoras em relação ao seu trabalho e ao espaço produtivo.

Uma agricultora mineira diz mostrar a caderneta anotada para o marido toda vez que ele afirma que ela “não faz nada”. Outra relatou sua difícil experiência com o marido em relação ao seu trabalho no quintal: começou com implicações do marido dizendo que uma horta não daria certo e depois evoluiu para ameaças como destruição dos canteiros. Mas ao perceber que a horta era rentável, a agricultora propôs ao marido dividir o uso do lugar e a gestão econômica. A partir daí, ela passou a fazer a distinção entre a sua própria economia e a economia da família e, nesse processo, foram constituindo-se duas economias desse lar: a parte assalariada e a parte de produção do quintal. Entendeu-



-se que a economia relacionada à produção do quintal marca a mudança da agricultora dentro da identidade da família, que ganhou maior visibilidade e autonomia. Para além das quatro colunas, sua anotação na caderneta inclui também todo o dinheiro que é gasto no custeio da produção do quintal, o dinheiro que é usado em casa e o dinheiro que é emprestado para os filhos e esposo no dia a dia. Segundo a agricultora, estas anotações permitem maior controle de gasto, conhecer os usos do dinheiro e mais clareza na renda que é gerada.

A caderneta agroecológica incorpora, além das relações monetárias, as contribuições da economia feminista, atrelando a dimensão do trabalho doméstico e de reprodução a um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida e não apenas em relações de mercado (Carrasco (2012)). Isso é percebido nos diferentes relatos e experiências sobre seu uso, que proporcionam visibilidade, consciência dos trabalhos que as mulheres realizam e criação de estratégias para sua auto-organização produtiva.

COMERCIALIZAÇÃO



As mulheres rurais têm uma demanda permanente de auferir alguma renda de seus produtos, ainda mais quando sua produção é abundante, como é o caso dos quilombos da Barra do Turvo. Foram as mulheres dos quilombos Cedro e Terra Seca quem primeiro nos desafiaram a criar um mecanismo de venda direta. Este processo se iniciou em 2016 com a venda para a loja Quitandoca de São Paulo e hoje envolve grupos de consumo de São Paulo, Santo André, Diadema e Taboão da Serra (ComerAtivamente, CCRU - Coletivo de Consumo Rural Urbano, Horta di Gueto, CAUS - Conexão Agroecológica Urbana Social, SOF - Sempreviva Organização Feminista) e o Programa Reviravolta, do Centro Gaspar Garcia que trabalha com catadores de resíduos sólidos.

Os grupos de agricultoras também aumentaram. Além das mulheres do Cedro e das do Terra Seca, que passaram a se nomear “As Perobas” estão “As Margaridas”, do Bairro Indaiatuba, o grupo “Esperança” de mulheres, do Bairro Bela Vista, mulheres do Viveiro Comunitário de mudas do Bairro Rio Vermelho,

representante do Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreira e do grupo “Rosas do Vale”, mulheres do Bairro Córrego da Onça. Também participam das vendas a apicultora da Organização de Controle Social (OCS) Vale Orgânico e Associação da Feira da Agricultura Familiar de Pariquera-Açu. Há ainda um potencial de grupos de agricultoras destes e outros municípios que querem se juntar ao processo.

Em busca de parcerias para viabilizar a comercialização, conseguimos o apoio da Prefeitura Municipal da Barra do Turvo com quem acordamos a cessão de transporte, caminhonete ou caminhão baú, com motorista, quinzenal ou mensalmente, dependendo do volume de entrega.

TECENDO A REDE COM OS GRUPOS DE CONSUMO

Este trabalho comum tem como base o estímulo à relação próxima entre produtores e consumidores, com a valorização de alimentos da agricultura familiar a preço justo, baseada nos princípios do feminismo, da agroecologia, da economia solidária e da soberania alimentar. Isto é, a comercialização se adequa à produção diversa das mulheres e busca enfrentar os desafios para incluir progressivamente a todas, assim como obter a maior variedade de produtos. Considera a produção das mulheres na agricultura, a promoção de sua autonomia por meio da apropriação do resultado da comercialização e o incentivo à sua auto-organização para que a iniciativa continue a existir mesmo após o final do projeto, independente de recursos externos.



A confiança entre os grupos de consumo e as agricultoras quanto ao produto agroecológico vai se construindo nas visitas, no diálogo entre as agricultoras, por meio do processo de organização dos grupos, mutirões, rodas de conversa, trocas de experiência e no acompanhamento técnico da SOF, não havendo exigência de uma certificação formal.

Algumas agricultoras podem viver situações de conflito com maridos que utilizam herbicidas e outros venenos em áreas de cultivo sob sua responsabilidade e tensionam as mulheres para fazer o mesmo. Nossa atuação busca fortalecê-las para resistir às agressões e não excluí-las definitivamente do processo.

Acordos no núcleo familiar quanto à divisão do trabalho com maridos e jovens vão sendo estabelecidos e é importante que as mulheres estejam envolvidas na produção e nos processos de decisão, que haja valorização do trabalho de todas as partes e distribuição da renda igualmente.

NO CAMINHO DA AUTONOMIA ECONÔMICA

Quando as mulheres conseguem ter seu próprio dinheiro, percebemos o início de mudanças: elas compram coisas para as crianças, contribuem nas compras do mercado, compram coisas para elas mesmas. Outras juntam o que recebem e fazem pequenas reformas na casa, investem em equipamentos para qualificar o beneficiamento da produção, compram celular e tanquinho de lavar roupas que facilitam seu trabalho e representam ganha de tempo. Dentro de casa, na relação com a família,

ela passam a valorizar seu trabalho, passam a ter mais liberdade para frequentar as reuniões, os maridos passam a ficar com os filhos e se responsabilizam por fazer uma refeição, o que antes era muito mais difícil.

FORMAÇÃO: MUITO ALÉM DA TEORIA

Foi na prática que demos conta do tamanho da complexidade que seria lidar com essa experiência inovadora de um mecanismo de venda direta. O desafio consistia em organizar a produção de, em média, 30 agricultoras de cinco grupos diferentes, com uma diversidade de aproximadamente 95 alimentos *in natura* e 87 alimentos transformados de maneira artesanal, sem contar as plantas aromáticas e medicinais. Implicava também organizar os pedidos de forma a gerar uma renda média equivalente para cada agricultora, a partir de pedidos realizados em quantidades muito variáveis, desde 0,2 kg a caixas de 21 kg, a serem retirados num depósito com espaço limitado.

Certa flutuação de participantes e diferentes trajetórias e graus de experiências com a comercialização, tanto das agricultoras quanto dos consumidores, eram elementos adicionais a considerar nessa logística. Em nossos encontros, abordamos também os valores que nos aproximavam, as realidades de onde vínhamos e as questões práticas das etapas da comercialização.

As formações aconteceram juntando as agricultoras e os grupos de consumo, ou em espaços só de agricultoras, às vezes em uma comunidade, às vezes juntando representantes dos grupos. A proposta foi compreender todo o

trabalho envolvido, desde a organização da produção dos alimentos, de que forma pensar o que compõe o preço dos produtos, a escala da comercialização para viabilizar o frete, a comunicação, a embalagem e transporte dos alimentos para que cheguem com qualidade, as exigências burocráticas, a gestão coletiva, a divisão de tarefas dentro do grupo e também o estabelecimento de acordos coletivos de funcionamento. Uma das atividades fundamentais nesse processo foi o “Jogo da Comercialização” (*ver encarte central desta publicação e página 74*).

REGISTRANDO NOSSOS PRINCÍPIOS

O processo de reflexão sobre a comercialização teve como resultado também a elaboração do documento “Princípios e orientações para nosso trabalho comum”, que sistematiza quem são os grupos participantes da iniciativa, seus princípios e funcionamento, entre outros aspectos. Alguns pontos enfatizados pelo documento são o autoconsumo, a manutenção de canais curtos de comercialização e a diversidade de canais.

Queremos que mais e mais trabalhadoras e trabalhadores que vivem na cidade consumam alimentos diversos e de qualidade a um preço acessível.

Alimentos de produção agroecológica, que não só não usa veneno nem adubo químico, mas que também é diversa e tem no horizonte utilizar insumos locais (adubo verde, composto, sementes crioulas, caldas) e o equilíbrio do agroecossistema.

AUTOCONSUMO

- O autoconsumo antecede todas as outras relações de mercado e garante a saúde de quem está envolvida na produção dos alimentos. Portanto, um primeiro acordo comum nos grupos foi o de priorizar a produção para o autoconsumo. As mulheres sempre enfatizaram o princípio de não tirar da mesa para vender, de não vender um kg de feijão por R\$ 4,00 para comprar no mercado por R\$ 5,00.

As agricultoras e quilombolas se apropriam de todo o processo, que funciona nos tempos que elas demarcam e garantindo que elas tenham toda a informação necessária para tomar suas decisões de forma coletiva e entre elas. A proposta é valorizar o trabalho e o conhecimento das mulheres e que elas tenham cada vez mais autonomia na comercialização e na vida.

O fortalecimento da busca de autonomia no processo de comercialização das mulheres fertiliza a luta por respeito das divisões de trabalho, geração de renda, auxilia na participação ativa nas organizações locais (associações e cooperativas), e qualidade de vida a partir das relações humanas qualificadas e da alimentação com alimentos de qualidade, o que proporciona a diminuição da violência contra a mulher no rural.



ÊNFASE NOS CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

- Em uma das atividades, fizemos um desenho de todas as etapas envolvidas na comercialização dos produtos segundo o tipo de canal: feira local semanal, PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, Quitandoca ou feiras realizadas em municípios distantes. A partir da análise dessa ilustração (*ver no encarte central*), chegamos à ideia central de que os canais mais curtos de comercialização propiciam um preço mais justo aos produtos e, ao mesmo tempo, um preço mais acessível ao consumidor final.
- Além disso, também ficou claro que a quantidade e a qualidade de trabalho envolvido em cada um dos canais é diferente. Por exemplo, há mais trabalho na venda direta ao consumidor do que na venda via cooperativa ou para o PAA já que, nestes casos, existe uma pessoa que realiza alguns trabalhos intermediários, como, por exemplo, o preenchimento dos pedidos, a organização da logística e a emissão de notas.

OUTROS CANAIS: FEIRAS E MERCADOS INSTITUCIONAIS

Além da venda à rede de grupos de consumo, as formações sobre comercialização trabalharam também outros canais como as feiras, tanto as locais quanto as temáticas (de agroecologia, da economia solidária e feminista, da reforma agrária, entre outras), e os mercados institucionais, que incluem as compras governamentais por meio de chamadas públicas do PAA e do PNAE.

Em relação a estes mercados, os grupos de mulheres apontaram que, mesmo com a precariedade de gestão e condução dos programas institucionais, eles continuam sendo uma das



DIVERSIDADE DE CANAIS

- Outra ideia que emergiu é a de que não é seguro criar dependência a um único canal de comercialização. Na busca de autonomia, é interessante relacionar-se com mais de um mercado pois, caso um falhe, existe outra opção. Um exemplo é o que se vê no momento atual do Brasil, com a eliminação gradativa por parte do governo golpista do PAA e a ameaça de corte no PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

principais maneiras de gerar renda às famílias da região e a preocupação sobre sua continuidade ou não leva as mulheres a pensarem e investirem em outras maneiras de se relacionar com os mercados, como é o caso das feiras solidárias e dos grupos de consumo.

FEIRAS: DESAFIOS E ALTERNATIVAS

As feiras livres são espaços tradicionais de comercialização da agricultura familiar. No território do Vale do Ribeira, elas são comuns em cidades maiores, como Curitiba, no Paraná, e Registro e Cajati, em São Paulo. No entanto, a participação das agricultoras encontra várias dificuldades.

DESAFIOS

- Conseguir um “ponto fixo” permanente frente ao baixo número de feiras existentes
- Oferecer um preço competitivo frente ao praticado por produtores com manejo convencional e com maior área e maior produção
- Infraestrutura pública de estradas ou transporte público precária ou ausente, dificultando o transporte dos produtos
- Sobrecarga com atividades domésticas e de cuidados, que são priorizadas pelas mulheres impossibilitando de manter uma constância e permanência nas feiras ou em outras maneiras de comercialização que exigem sua saída de casa.
- Machismo: mesmo as mulheres participando de todo o processo de comercialização, as decisões sobre a produção e o uso do dinheiro continuam no controle dos homens da família

A partir dessa realidade, alguns grupos de mulheres apontaram caminhos para construir maneiras mais autônomas de acessar os mercados. Alguns exemplos são o grupo União de Mulheres Agricultoras de Peruíbe e Miracatu (UMA), que iniciou a organização da produção e, por meio da prefeitura, conseguiu um ponto fixo na feira municipal, a União de Agricultoras Agroecológica de Itaoca (UAAI), que se organizou em torno da criação de uma feira noturna, e o grupo de mulheres do Córrego da Onça, que montou uma barraca no bairro para comercializar seus produtos. A auto-organização das mulheres gerou uma série de benefícios, expressos no quadro na página ao lado.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS FORA DO VALE DO RIBEIRA

Na continuidade das experiências, incentivamos as agricultoras a participarem em eventos e atividades para além do território do Vale do Ribeira, incluindo oito feiras fora da região, entre elas, as feiras de economia feminista e solidária, organizadas junto com a Amesol - Associação das Mulheres na Economia Solidária - que reuniram mulheres do campo e artesãs urbanas.

Para as mulheres participantes, essas feiras se mostraram como espaço de aprendizado para a comercialização incluindo aspectos como a forma de expor os produtos, o nivelamento dos preços e outras maneiras de apresentá-los e ofertá-los. Os eventos também influenciaram na auto-organização dos grupos com a divisão dos trabalhos, organização das entradas e saídas de dinheiro, revezamento das integrantes e o início de um processo de participação em espaços de decisão e de gestão da comercialização.

A Amesol contribui com sua experiência autogestionária de se fazer feira: as pessoas que compram recebem fichas com os valores e identificação do empreendimento ou coletivo. Levam as fichas até o caixa único, pagam e depois pegam seus produtos. Algumas mulheres se revezam na responsabilidade de contabilizar e devolver os valores vendidos e esta relação se mostra importante pela solidariedade e autogestão entre as mulheres, não apenas pela confiança que é gerada, mas também pela facilidade de vendas e compras com o uso de máquinas de cartão de crédito e débito e ajuda no uso do dinheiro, facilitando as contas e



BENEFÍCIOS DAS FEIRAS E DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

- Maior possibilidade de comercialização já que as mulheres podem se revezar para manter o espaço da feira em funcionamento todos os finais de semana, dividindo os trabalhos e as tarefas entre as participantes
- Aprendizado prático sobre como negociar preço, oferecer e apresentar seus produtos aos consumidores
- Momento para socialização e para conseguir outras possibilidades de negócios
- Tranquilidade com o cuidado das crianças e dos filhos já que a “família toda acompanha” a mulher no trabalho
- Fortalecimento das mulheres, tanto pelo maior número de encontros, quanto pela maior divisão dos trabalhos para planejar a produção, beneficiar os produtos e ajudar umas às outras a transportar os produtos
- Maior participação política das mulheres pelo envolvimento em espaços como o conselho gestor da feira e em reuniões com o poder público, como a secretaria municipal de agricultura e outras relativas à organização produtiva do grupo.
- Constituição de um espaço comum para trabalhar e realizar atividades de lazer e capacitações.
- Mostrar que é possível se alimentar bem, sem veneno, e evitar desperdício, transformando alimentos para não perder e ter novos produtos em casa (biscoitos, geleias, compotas etc)
- Visualizar outros mecanismos de funcionamento da economia, baseados na solidariedade, na doação e na troca



os trocos. Nestes eventos, também acontecem muitas rodas de conversa, onde as mulheres agricultoras compartilham suas experiências e percebem o que há de comum entre elas e as mulheres dos empreendimentos urbanos, mas também o que é próprio das mulheres rurais.

ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS: PAA, PNAE, COMPRAS PÚBLICAS

Os mercados institucionais têm como principal objetivo as compras dos produtos da agricultura familiar para fornecer alimentos para escolas e entidades da assistência social dos municípios por meio de dois programas principais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Esses programas incentivaram o processo de organização e formalização de diversas associações e cooperativas da agricultura familiar e também tiveram um foco na inclusão da produção feita pelas mulheres em seus quintais e roças e na colheita e beneficiamento dos ali-

mentos. A resolução número 44 do grupo gestor do PAA de 2011 determina maior pontuação para as organizações que têm pelo menos 40 % de mulheres associadas.

Ainda que as estatísticas atestem a grande participação das mulheres nos programas, os momentos e espaços de decisão sobre sua gestão continuam nos homens das associações e cooperativas. Quando questionadas a respeito de algum procedimento das entregas do PAA, as mulheres dificilmente conseguem responder ou ficam em dúvida a respeito das informações que são repassadas a elas. Algumas se queixam da maneira excludente que a gestão das associações ou cooperativas é trabalhada. Mesmo assim afirmam que frequentam assembleias e reuniões, mas que sentem dificuldades de entender as prestações de contas que as organizações apresentam durante as reuniões. Entre os relatos de atitudes masculinas que levam ao desencorajamento das mulheres está a restrição de seu tempo de fala nas reuniões, regra que não é aplicada da mesma maneira para os homens, bem como a anulação de seus trabalhos no uso de máquinas e equipamentos da cooperativa.

Após o golpe de Estado de maio de 2016, algumas agricultoras relatam o receio de que os programas não tenham continuidade. Isso pode resultar em perda do excedente da produção e também em perda da autonomia econômica das mulheres com o fim de uma fonte de renda que, ainda que demore para chegar, é garantida.

Entendendo a necessidade de fortalecer os coletivos de mulheres para a geração de renda, a SOF incentivou a organização de alguns grupos para participar das chamadas de compras

públicas. Foi o caso dos grupos do município de Itaoca e Peruíbe, em São Paulo. Parte das mulheres de Peruíbe, com a vontade de comercializar seus pães para a merenda escolar, se organizaram com uma associação da agricultura familiar do bairro no qual residem e ofereceram seus produtos à chamada pública. Conseguiram entrar na roda de negociações de preços e oferecer seus pães em um valor justo, que pagaria o trabalho do grupo, argumentando que não poderiam concorrer com empresas padronizadas e industriais e oferecer os produtos em um valor que não condiz com a realidade e capacidade de produção da agricultura familiar.

Já as mulheres do grupo UAAI se utilizaram das anotações das cadernetas agroecológicas para ofertarem os produtos ao PAA. O coletivo tomou a iniciativa e realizou uma reunião com as mulheres interessadas do bairro. Juntas planejaram a produção para a entrega de um ano e dividiram igualmente os valores a receber pelo programa. A SOF auxiliou na oficina de confecção de projetos e o grupo se revezou para coletar documentos e inseri-los em um sistema *online*.

Ao longo de 2017, o governo federal diminuiu o orçamento do PAA em 66% comparado ao ano de 2016. Muitas organizações que há anos estavam inseridos na gestão de compras públicas não conseguiram aprovar seus projetos, o que justifica a preocupação das mulheres quilombolas da Barra do Turvo, citada acima, e a não entrada do coletivo UAAI nesta chamada. Apesar dos desmontes destes programas, ambas as experiências fortaleceram os grupos em seus respectivos locais, seja com o poder público ou com a associação na qual



fazem parte. Os aprendizados com a participação nos mercados institucionais mostram que houve uma maneira diferente de se olhar, fazer e mudar uma situação em espaços tradicionalmente dominados pelos homens.

PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE CERTIFICAÇÃO

A certificação é o processo que garante que um determinado alimento foi produzido de maneira agroecológica, sem o uso de venenos. Quando produtoras e consumidoras se conhecem, a confiança na qualidade do produto se estabelece pela relação direta. Quando essa relação vai se distanciando, a confiança passa a ser criada em torno a um certificado ou a um selo de produto orgânico, de produto da agricultura familiar ou dos quilombos.

Ao começar a entender o funcionamento da certificação orgânica, localizamos que a forma mais adequada para a realidade dos grupos de mulheres do Vale do Ribeira era a Organização de Controle Social para a Venda Direta (OCS).

O sistema de OCS foi criado justamente para agricultores e agricultoras familiares, quilombolas ou indígenas comercializarem seus produtos em contato direto com os consumidores. Essa venda pode ser tanto em feiras, quanto em grupos de consumo, por cestas ou por meio do fornecimento para mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A OCS pode ser formada por um grupo formal (associação) ou informal, como é o caso dos grupos de mulheres com quem a SOF

atua. Os trabalhos que envolvem a OCS são organizados e planejados pelos seus membros priorizando a transparência de produção e as relações solidárias de comércio justo.

Essa forma de Controle Social pode ser adequada à realidade de cada coletivo. Após realizar o cadastro de seu grupo no Ministério da Agricultura, as obrigações de um membro da OCS incluem manter atualizadas informações da unidade de produção, tais como:

- | estimativa de produção anual
- | cumprimento do plano de manejo orgânico
- | cumprimento dos procedimentos de controle social firmados pelo grupo, que incluem visitas ou mutirões
- | registro das atividades e reuniões que são realizadas

SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPG)

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) têm um nível de operacionalização mais burocrático. Os SPG são voltados a agricultores que realizam vendas a terceiros e, por isso, necessitam de um selo de certificação. Eles reúnem produtores e outras pessoas interessadas em constituir o sistema, bem como o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os OPACs são uma empresa ou entidade jurídica que assume a responsabilidade legal pela avaliação se a produção está seguindo os regulamentos e normas técnicas da produção orgânica.



PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

É muito frequente que grupos mistos que trabalham com OCS e SPGs não dêem conta de envolver as mulheres nos espaços de decisão ou nas visitas. Quando elas estão presentes, muitas vezes é em atividades relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidados, como a preparação de refeições para os dias das visitas. Fazer a discussão de como as relações de gênero e a divisão sexual de trabalho excluem as mulheres e geram desigualdades torna-se um aspecto fundamental para garantir sua participação nos processos de certificação.

As agricultoras do Vale do Ribeira viveram dois momentos de intercâmbio com outras agricultoras envolvidas em processos de certificação: o Encontro Mulheres e SPG, organizado pela Rede Ecovida e Centro Ecológico, e o intercâmbio organizado pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. Em ambos as agricultoras relataram os desafios para acessar os mercados e apontaram que o protagonismo ainda é masculino.

O quadro abaixo mostra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em relação a seu poder de decisão na família, na produção e na organização no trabalho e possíveis caminhos de mudança.

As questões que envolvem a autonomia da mulher em relação ao seu trabalho também passam pelo que é remunerado e não remunerado. Os trabalhos que envolvem os cuidados domésticos geralmente ocupam a maior parte do tempo das agricultoras. Quando elas conseguem obter renda por meio de seus trabalhos nos quintais e roças, este espaço imediatamente começa a ser assumido pelo homem da família na forma de controle sobre as decisões:

“Eu queria plantar os palmitos de maneira orgânica, mas meu marido disse que eu não tenho tempo para capinar e colocou veneno em tudo”.

As mulheres têm percebido que os processos de certificação participativa contribuem tanto para valorizar ainda mais seus produtos (com aumentos de 30% do valor pago por mercados institucionais como o PNAE e o PAA), como também para garantir seus espaços de produção e decisão dentro da unidade familiar.

Exemplo disso foi o relato de uma agricultora de Apiaí, em São Paulo, explicando o motivo que a impulsionou a participar de uma OCS:

Dificuldades	Ações necessárias para superação
Gestão da propriedade é masculina	Mulheres se fortalecem
O poder de decisão é masculino	Maior participação da mulher (no SPG ou em associação de bairro)
Concentração de conhecimento no homem	Busca de saber
Concentração de renda na mão do homem	Independência econômica (ter a horta própria)
Coerção física – violência contra a mulher	A mulher deixar o fogão para fazer a revolução
Divisão sexual do trabalho	Participação masculina nos afazeres domésticos



“Eu nem penso em comercializar os produtos como orgânico, é para casa mesmo. Mas lá em casa meu marido passa mata-mato em tudo e, quando eu disser que faço parte de um grupo de produção orgânica, ele não vai mais passar nas coisas que eu planto”.

SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA

Segundo Emma Siliprandi (2015), é sabido que são as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente.

As mulheres sofrem as consequências diretas da degradação ambiental. Por exemplo, elas têm que se deslocar até mais longe para buscar água ou lenha para cozinhar e, quando alguém fica doente na família, é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados. Em muitas rodas de conversa, as mulheres relatam problemas de saúde entre as pessoas da família pelo contato direto com o uso de agrotóxicos, como crises alérgicas em crianças, manchas na pele, infecções e dores. Assim, a opção das mulheres pelo envolvimento com práticas agroecológicas se dá, primeiramente, por questões de saúde e pela busca da alimentação saudável.

No entanto, a produção de maneira agroecológica também propicia a ampliação de mercados e isso é um desafio na região. As prefeituras locais ainda não destinam recursos para os produtos orgânicos e, nas compras institucionais, acabam pagando os mesmos valores tanto para

alimentos orgânicos quanto para convencionais, com agrotóxicos.

As mulheres também criticam os valores baixos que são pagos pelos produtos na região, onde a oferta de produtos convencionais é maior e os preços competitivamente melhores para os consumidores das feiras.

“Meus consumidores acreditam em mim quando eu vendo e falo que são orgânicos porque já temos uma relação de muito tempo e pelo gosto dos produtos, que é diferente daqueles que levam veneno. Nunca fui tão feliz nas vendas! Ter esse certificado no meu carro ajuda a ampliar mais ainda as vendas para aqueles que ainda estão conhecendo os alimentos orgânicos e mostra que existe mesmo produto sem veneno”

É a partir das experiências que envolvem as mulheres nos processos agroecológicos de produção que elas conseguem visualizar seus trabalhos e as maneiras de garantir seus espaços produtivos.

As OCSs e a transição agroecológica propiciaram um novo processo de reflexão e de auto-organização para os grupos das agricultoras que a SOF vem trabalhando. Pensar as estratégias de se inserir no mercado, comparar os produtos e manejo da produção orgânica com a convencional, pensar as relações solidárias com os consumidores, debater qual mercado queremos são algumas delas. Estas questões nos trazem aprendizados para ampliar as possibilidades de melhorias em nossas vidas.

UM JOGO PARA ENTENDER A CADEIA DA COMERCIALIZAÇÃO

Ao refletirmos sobre a Construção Social de Mercados (ver página 26) e em formas coletivas de organização para a comercialização, ousamos pensar também em ferramentas que nos auxiliassem a colocar em prática esse conceito. O desafio era construir outra forma de lidar com a economia, onde todas pudessem ser protagonistas e ter conhecimento sobre todas as partes do processo.

O diálogo com as companheiras do grupo foi o caminho para lidar com os desafios que apareciam constantemente. Em nossas reuniões mensais, além de dividir os pedidos de produtos e também os ganhos, realizávamos avaliações que nos ajudaram a identificar pontos que poderíamos melhorar e acertar.

Logo no início das entregas para os grupos de consumos, desafios principalmente ligados à logística e à gestão apareceram. Outra questão que sempre se colocava e ainda nos acompanha era entender quais os elementos ou custos precisam ser considerados na composição do preço final do alimento.

As reuniões com representantes dos grupos de consumo também traziam retornos sobre, por exemplo, a qualidade do alimento na distribuição e o tempo de prateleira. Essas observações foram compartilhadas com todos os grupos de agricultoras e, com isso, foi possível para elas melhorar e ajustar a colheita.

Identificar as diferentes variedades de bananas e cítricos, localizar os pedidos, de ambos os lados, consumidores e agricultoras, lidar com tantos números e anotações eram outras dificuldades. Para as agricultoras, ainda havia o desafio de dividir os pedidos igualmente entre todas, realizar os pagamentos para cada uma das participantes e a sobrecarga de trabalho para quem

ficava responsável pelos registros e pagamentos. Dessa forma, passamos a compreender os custos do trabalho que as associações e cooperativas têm para realizar uma comercialização.

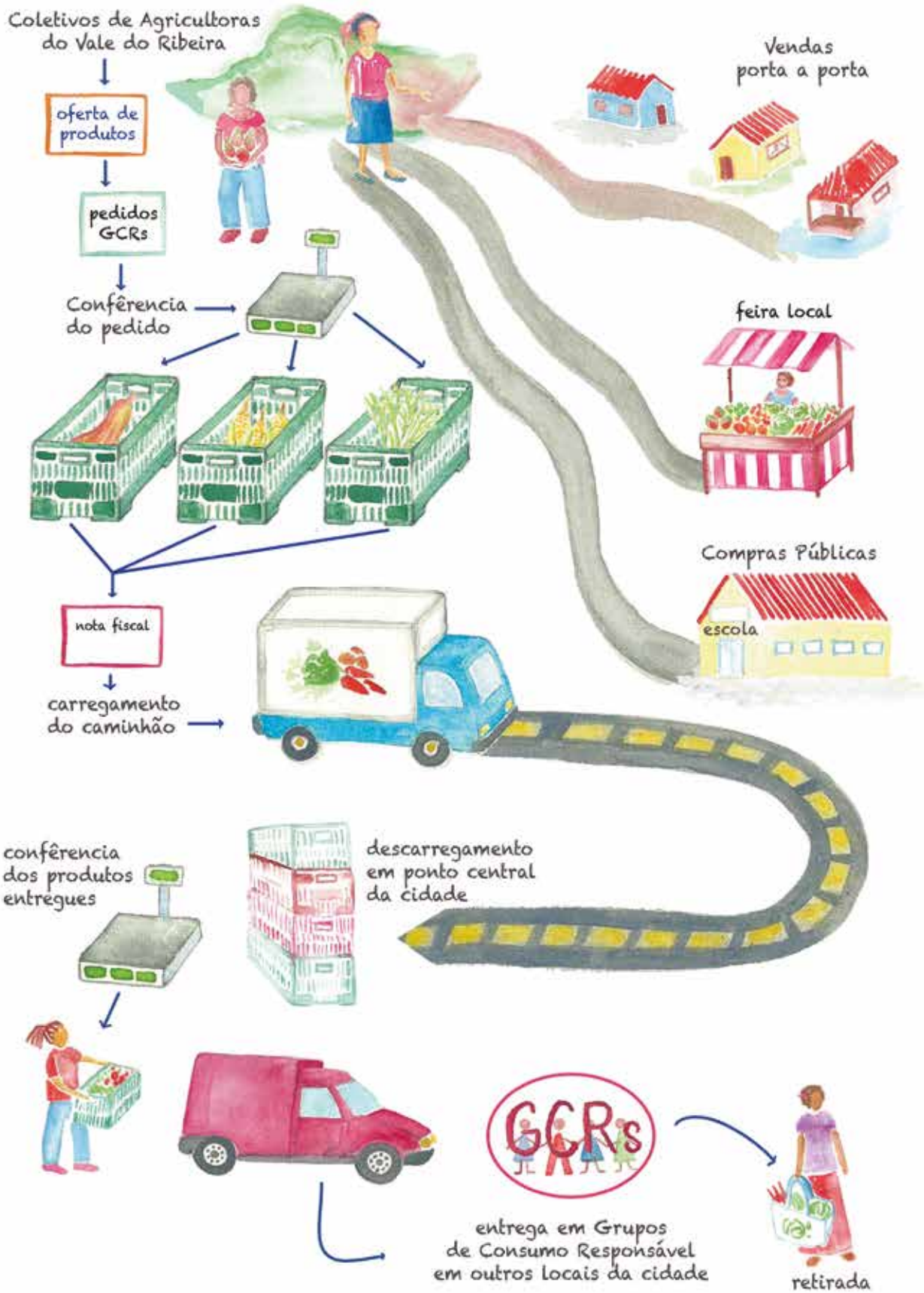
Os detalhes eram tantos que uma das ferramentas foi desenhar, quantas vezes preciso fosse, todo o processo dessa comercialização, em seus diferentes momentos (ver ilustração ao lado). Depois, situamos no desenho em que dia cada tarefa era executada ou programada: quando reunir para fazer a oferta e comunicá-la, quando analisar o que chegou de pedido, quando realizar a colheita e como fazer a organização dos pedidos para a entrega. Em seguida, levantamos onde estavam as fragilidades de cada etapa e, para cada uma, apontamos soluções.

EXERCÍCIO

1. Desenhar um esquema de todo o processo que envolve a comercialização de alimentos, desde seu início com a plantação até o seu fim com o consumo: Por onde passa esse alimento até chegar ao prato? Quais trabalhos são necessários para que o processo se realize? Quem normalmente faz esses trabalhos? Quem são os sujeitos sociais envolvidos?
2. Desenhar os diferentes exemplos de cadeias comerciais e os diferentes mercados (mercado entendido aqui como lugar teórico onde se processam a oferta e a procura de determinados produtos ou serviços) - Compras públicas, feiras, cooperativas, grupos de consumo responsável (GCRs), quitandas, atravessadores, venda no bairro – buscando identificar o que muda quando acessamos mercados diferentes: Os sujeitos mudam? A escala muda? O trabalho muda? As exigências mudam? As relações mudam? O preço praticado se altera? A logística muda?



Caminhos da Comercialização



II. Mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

III. Grupos de consumo/ Cestas de alimentos

IV. Vendas porta-a-porta/ Grupo de agricultoras

**Cada grupo participante vai lidar com um tipo de situação e, para cada situação, há uma carta inicial e outras três cartas com propostas para pensar em grupo. Os grupos podem ter de 3 a 8 pessoas.*

**Além disso, cada grupo recebe um número determinado de figuras de alimentos e instrumentos, definido pela facilitadora do jogo, pensando em lançar desafios ou problemas a resolver. Por exemplo: um grupo recebe mais produtos que outro, um grupo recebe transporte e outro não.*

**A facilitadora do jogo prepara o tabuleiro antes do início do jogo, distribuindo ao longo do caminho as pedras coloridas e as cartas que marcam cada situação*

Início do jogo

1) A facilitadora entrega para cada grupo uma carta inicial, uma cor de pedra diferente da dos demais, um conjunto de figuras e uma lupa. Os grupos resolverão as questões em aproximadamente 10 minutos cada um. Eles podem dialogar e trocar figuras entre si para poder solucionar os problemas apresentados.

2) Quando a questão for resolvida, o grupo leva sua pedra ao próximo ponto, onde já haverá outra carta. As figuras que foram utilizadas para a solução de cada questão são colocadas sobre o tabuleiro junto à pedra. E caminham a cada ponto ou parada até a chegada dos alimentos ao destino final.

3) O grupo resolve a próxima questão e dá continuidade ao jogo.

4) Cada grupo chegará a seu destino final – o



ponto de entrega ou de comercialização dos alimentos – após a resolução de todas as questões.

Observações:

a) Apesar de ser estipulado um tempo de 10 minutos na resolução da questão, o facilitador tem a flexibilidade para decidir se vai dar mais tempo ao grupo ou não. Assim, os grupos não necessariamente chegam ao mesmo tempo a seu destino final.

b) Se houver uma situação que demandou mais tempo ou não foi resolvida, o grupo coloca a lupa sobre a carta para sinalizar que aquela questão demanda mais tempo de discussão para ser resolvida.

c) No final do jogo, todos os grupos terão alguns minutos para contar a experiência do seu percurso. Sugere-se que em roda os grupos compartilhem suas impressões a partir da experiência prática, das dificuldades, das afinidades etc.

SITUAÇÃO I - VENDAS PORTA A PORTA

■ **Carta inicial:** Joana vendia ovos para José a R\$ 4,00 a dúzia. José os revendia depois na cidade de carro a R\$ 7,00. José ficou doente e parou de revender os ovos. Joana ficou uns dias sem vender, mas estava precisando de um dinheirinho e, com todos os ovos na estante, resolveu pegar a bicicleta e vender os ovos na vizinhança. Joana ficou em dúvida: “Quanto devo cobrar pelos ovos quando eu mesma vou vender?” Ajude a Joana pensar nessa questão. Depois de resolver a questão em grupo, avance para a próxima carta.

■ **I. Carta 1** - Joana vendeu quase todos os ovos. Alguns sobraram. Ela acabou descobrindo que muitas vizinhas também criavam galinhas. Nas vendas, Joana conheceu Marta, uma agricultora que plantava diversas hortaliças, e Rita, uma agricultora que fazia pães e doces e bordava panos de prato. Conversa vai, conversa vem, ela trocou os ovos pelas hortaliças da Marta e uma dúzia por um pão de Rita. Marta, Rita e Joana pensaram em fazer uma parceria para as trocas e comercializar na cidade a 10 km do bairro delas. Mas Rita cuida da irmã doente e não poderia sair para vender... Ajude-as a pensar em alguns acordos para essa parceria já começar bem e garantir bons trabalhos pela frente. Depois de construir alguns acordos, vá para a próxima carta.

■ **I. Carta 2** - Joana, Rita e Marta já estão vendendo os produtos de porta a porta na cidade. Até dá uma canseira nas pernas, mas elas se revezam como podem. Elas já estão com clientes que compram toda semana. Sente por 5 minutos com suas comadres de grupo, pensem juntas e, se possível, escrevam duas vantagens e dois desafios da venda direta, porta a porta, nesse jeito de vender que chamamos também de circuito curto.

■ **I. Carta 3** - Mesmo em circuitos curtos, há sempre muitos detalhes a se pensar. Todas as sextas-feiras, Marta e Joana vão para a cidade para comercializar com o ônibus das 6h30. Ajude essas mulheres a organizar a semana com a produção dos pães e a ajeitar os ovos e as hortaliças para chegar com qualidade para os consumidores.

SITUAÇÃO II - FEIRA LOCAL

■ **Carta inicial:** Registro é uma cidade do Vale do Ribeira conhecida por ter diversas feiras ao longo da semana. Há feiras nos bairros e feiras que acontecem mais no Centro da cidade. Essas feiras são mais conhecidas como feiras livres, mas há também a feira do produtor. Há feirantes que vêm de várias cidades, vendem diversos produtos, desde temperos secos, hortaliças, carnes defumadas, mudas, alimentos produzidos nas roças mais próximas e alimentos de grandes distribuidores como a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Luiza, Benedita, Antonia e Paula começaram a produzir alimentos em uma área coletiva no Bairro Refazenda, a 15 km da cidade de Registro. Há 2 meses fizeram plantio nos 20 canteiros que possuem porém começam a perder a produção pois não há para quem vender. Ajude essas agricultoras a pensar como conseguir um ponto de feira, uma barraca e se organizar para comercializar esses produtos na feira.

■ **II. Carta 1** - Depois de se informarem, elas optaram por fazer parte da Feira do Produtor. Para ter um ponto nessa feira, é preciso fazer parte da Associação da Feira do Produtor de Registro. Para isso, terão que participar de reuniões mensais e contribuir com uma taxa da limpeza e iluminação. As feiras acontecem todas as quartas-feiras, das 14h às 19h. Luiza, Benedita, Antonia e Paula resolveram fazer uma escala e se dividiram em duplas para participar das reuniões. Ajude a montar as duplas, sendo que só duas dirigem, todas têm filhos que estudam à tarde e chegam da escola às 17h30 e precisam jantar e dar janta para a família. Pense em relações de solidariedade para que as feiras possam acontecer e para que todas tenham a renda, os custos e o trabalho dividido igualmente. Escreva com algumas palavras as ideias mais importantes do grupo e vá para a próxima parada.

■ **II. Carta 2** - As feiras estão indo bem. As hortaliças e outros produtos estão sendo vendidos. Elas já fizeram amizade com outros agricultores e estão trocando a produção de hortaliças por conserva de jaca, pão e pupunha. Porém, na última feira choveu muito e sobraram muitos produtos para vender. Ajude a pensar numa solução para os alimentos que não foram vendidos e vá para a última carta.

■ **II. Carta 3** - As mulheres da feira de Registro foram conhecendo um pouco mais o gosto dos clientes. Diversificar a produção foi importante, pois na feira quase todas as barracas têm alface e cheiro verde. Comente com suas parceiras do grupo como você planeja a produção das hortaliças ou como tem pensado na venda de artesanatos.



SITUAÇÃO III - ENTREGAS DE CESTAS E GRUPOS DE CONSUMO

■ **Carta inicial:** Em Iguape há um grupo de agricultoras tradicionais que toda a vida plantaram sem veneno. Elas produzem uma diversidade grande de alimentos e fazem também doce de banana, geléias e conservas. Noemi, Tereza e Conceição também começaram a fazer a transformação dos alimentos, pois o deslocamento até a cidade é muito difícil e, dessa maneira, elas conservam e valorizam os produtos da roça, que poderiam ser perdidos por falta de formas de comercialização.

Elas moram num bairro chamado Ribeirão, que fica a 20 km de estrada de terra do município de Pedro de Toledo e, para o Centro de Iguape, são mais 60 km. Além delas, também há Helena, que com muito custo tentava levar os produtos para a feira em Iguape porém gastava, a cada 15 dias, R\$250,00 de custo do táxi para transportar os alimentos até lá.

Certa tarde, quando se reuniram num curso de artesanato, as quatro mulheres conversaram sobre os produtos que estavam perdendo e Helena contou do aumento da procura por alimentos agroecológicos na cidade de Iguape. Foi então que pensaram em montar cestas de produtos agroecológicos para entregar na cidade.

Ajude esse grupo de mulheres a pensar como elas podem comercializar suas cestas. Não esqueça de considerar o trabalho envolvido, os custos do transporte e como elas podem definir os preços dos produtos nesse tipo de venda direta.

■ **III. Carta 1** - Conceição conversou com alguns parentes de São Paulo e ficou sabendo da existência de grupos de consumidores que estavam interessados em se alimentar bem, com alimentos sem veneno, comprando direto de agricultores/as. Os grupos de consumo são também uma forma de venda direta parecida com as cestas já que há uma venda pré-definida e a agricultora só colhe o que foi encomendado. Elas fizeram contato com uma dessas pessoas, que contou que existiam três grupos de consumo que compravam juntos para fechar uma compra maior e garantir que o frete fosse viável. Ajude-as a montar uma lista de ofertas:

Alimentos | Quantidade disponível | Preço
(fique livre para criar sua lista com base nas figuras)

■ **III. Carta 2** - A lista de ofertas foi mandada para São Paulo. Pela internet, os consumidores fizeram os pedidos. Esses pedidos foram enviados para esse grupo de mulheres por email. Ajude a dividir os pedidos entre as mulheres para que todas vendam e recebam igualmente. Para as entregas ocorrerem bem, elas precisam separar o pedido de cada grupo, além de identificar caixas, organizar os alimentos bem para não estragar na viagem, colher no momento certo, preencher a nota da produtora e organizar a contabilidade para realizar os pagamentos. Pense também na divisão das tarefas. Como o trabalho pode ser dividido pelas integrantes do grupo?

■ **III. Carta 3** - Faz parte da construção da confiança entre as agricultoras e os consumidores o retorno sobre como os produtos chegam. As entregas estão acontecendo a cada 15 dias. Alguns comentam que as bananas não estão amadurecendo bem algumas berinjelas chegaram muito amassadas e a couve veio amarelada. Esses produtos não puderam ser vendidos na quitanda de alimentos agroecológicos. Como lidar com as perdas? Como superar os desafios da qualidade?

SITUAÇÃO IV - MERCADO INSTITUCIONAL

■ **Carta inicial:** No final do ano, a prefeitura da cidade de Jacupiranga abriu a chamada pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a agricultura familiar realizar entregas para as escolas do município. Para iniciar a chamada, a nutricionista montou um cardápio que contém os seguintes produtos: alface, repolho, couve, beterraba, cenoura e cebolinha.

Cida, Estela, Maria, Terezinha, Sueli e Paula se animaram e resolveram tentar entrar juntas nesta chamada do PNAE. Elas são agricultoras, produzem de maneira agroecológica e sabem que poderiam receber até 30% a mais pelo produto caso tivessem um certificado de produção orgânica. Na cidade de Jacupiranga existem algumas associações de produtores e da agricultura familiar que cobram uma taxa administrativa de cada agricultora/agricultor que se associa: 20% da produção comercializada. Elas não fazem parte de nenhuma organização e precisarão se organizar para entrar na chamada pública e começar a entregar os produtos.

Ajude este grupo a pensar sobre sua organização, se elas entram na associação para representa-las na chamada do PNAE ou como se organizam com as negociações, responsabilidades das partes envolvidas, questão do transporte dos produtos e outras situações possíveis de serem resolvidas.

■ **IV. Carta 1** - Resolvida a questão da associação, para se inscrever na chamada pública é necessário ainda que elas tenham a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Todas querem participar mas apenas Cida, Estella e Maria possuem a DAP. O que fazer?

■ **IV. Carta 2** - Com base nas quantidades de entrega semanais, elas precisam programar os plantios. As entregas para o PNAE não podem falhar. Ajude-as a pensar quanto cada agricultora precisa plantar para garantir as entregas utilizando a tabela de planejamento da produção (ver itens na p. 57).

■ **IV. Carta 3** - Aprovada a chamada pública, elas já estão realizando as entregas e se preparam para inscrever-se novamente na chamada pública do próximo semestre. Elas se animaram com a possibilidade de aumentar o valor em 30% vendendo seus produtos agroecológicos. Para isso, estão curiosas em conhecer a Organização de Controle Social (OCS), em que o grupo, de maneira auto-organizada e participativa certifica sua produção orgânica. Há algumas etapas para que isso se realize. A primeira é preencher uma ficha de cadastro do grupo com o nome das integrantes e da organização. Elas terão também que apresentar a maneira como elas trabalharão, incluindo a quantidade de visitas/mutirões entre elas, preencher um plano de manejo orgânico dizendo como elas cuidam da roça, ter registros da produção e das visitas realizadas e uma estimativa de produção anual. Ajude o grupo a pensar nessa organização e quais as maneiras que elas buscarão para ter o controle social e a construção da confiança entre elas para a certificação orgânica: fotos, registros de notas, relatórios, entre outros instrumentos.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

CONSTRUINDO INDICADORES DE AUTONOMIA DAS MULHERES*

Para a Christian Aid, o monitoramento e avaliação (M&A) é parte integral do processo de gestão de projetos, assegurando transparência do trabalho realizado, oportunidades de evidenciar impactos e mais importante, estimulando processos de aprendizagem. Além disso, os resultados de um monitoramento constituem uma ferramenta importante de adaptação de certas intervenções e subsídio para tomada de decisões dentro de um determinado projeto.

Como parte da parceria estabelecida para o trabalho com as mulheres do Vale do Ribeira apoiado pelo Fundo Newton, e para reforçar o intercâmbio entre as duas organizações, a Christian Aid disponibilizou parte de sua experiência com processos de avaliação para elaborar conjuntamente com a SOF um plano de monitoramento específico para o projeto. Para isso, foram realizadas uma oficina sobre o tema ainda na fase de planejamento e duas visitas de acompanhamento e apoio no estabelecimento de indicadores potenciais para um exercício de monitoramento. A partir desta experiência, propomos aqui algumas reflexões para evidenciar o acúmulo do projeto no tema e apoiar a continuidade de processos de monitoramento.

No geral, o estabelecimento de indicadores no estágio de elaboração de atividades nos obriga a olhar de forma cuidadosa para os objetivos da intervenção, e perceber melhor sua relevância. Objetivos inadequados, pouco realistas ou demasiados vagos não podem ser medidos ou não produzem resultados capazes de serem visualizados dentro do escopo proposto de um projeto. No caso específico do Fundo Newton por exemplo, um dos resultados esperados “*aumento*



da estabilidade dos sistemas de produção”, embora claramente central como mudança pretendida, necessitaria de um espaço de tempo muito mais amplo para ser devidamente verificado.

E para além da vida do projeto, em um momento de intensas disputas políticas, marcado pelo crescente conservadorismo, a criminalização dos movimentos sociais e a recusa à política como motor de mudança, cresce a necessidade estratégica de evidenciar e apontar indícios do impacto de metodologias de formação de base popular e feminista e da economia solidária e agroecológica. É especialmente crucial evidenciar o papel da agroecologia na construção da autonomia econômica e social. Muitas das abordagens de resiliência baseadas nela, embora tendo os mais promissores resultados de adaptação, ainda são relativamente pouco pesquisadas – um desafio em um ambiente de financiamento onde “só o que pode ser medido é feito”.

Há, no entanto, muitos desafios para levar adiante o monitoramento de processos de formação como o proposto pela SOF no Vale do Ribeira. Em suma, como monitorar a construção da autonomia das mulheres? Como desembrilhar processos complexos, de múltiplas causas e construídos historicamente em um exercício de verificação com escopo, tempo e recursos limitados? Como não tratar esses processos de forma

* Texto elaborado por Rosana Miranda, assessora do Programa Brasil da Christian Aid)

O QUE É RESILIÊNCIA

- A Christian Aid define resiliência como um processo de desenvolvimento de habilidades para aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para 'antecipar as mudanças, organizando-se e adaptando-se' para responder com sucesso a situações de desastres, riscos ou oportunidades. A resiliência é entendida tanto como um processo (passos dados para chegar a um fim) quanto como uma consequência (resultado final).

leviana, sugerindo relações causais que não se sustentam apenas para satisfazer exigências dos doadores? Há uma necessidade de refinamento de técnicas de monitoramento e avaliação que deem conta das dimensões não-materiais e subjetivas de projetos de desenvolvimento.

No caso específico do trabalho com as agricultoras do Vale do Ribeira, outros desafios se colocam para a realização do monitoramento e avaliação. Um avanço importante foi a realização das oficinas de levantamento de informações nas comunidades, onde as mulheres puderam apontar demandas e obstáculos. Na ausência de uma linha de base para o projeto, as informações sistematizadas nesses encontros puderam indicar alguns direcionamentos para o M&A. Há obstáculos ainda no que se refere às distâncias e dificuldade de acesso entre as comunidades envolvidas (assim como lacunas na infraestrutura de comunicação), ao tempo de vida relativamente curto do projeto, à sobreposição das tarefas entre as técnicas envolvidas na realização de atividades e à necessidade de reforçar ferramentas e capacidades de monitoramento disponíveis para a equipe técnica.

FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS

A experiência com as mulheres no Vale reforça a necessidade de reforçar, dentro do pro-

jeto e fora dele, ferramentas participativas de M&A, considerando os aprendizados de um processo de formação feminista. Processos de avaliação que tenham como foco as desigualdades de gênero que levam à injustiça social, que questionem as dinâmicas existentes de investigação, que examinem questões de gênero, e que, no limite, provoquem processos de mudança. Nesse contexto, é essencial que os processos de monitoramento e avaliação considerem as assimetrias de poder relacionadas à construção do(s) conhecimento(s) para garantir que as narrativas e as experiências das mulheres nas avaliações sejam valorizadas.

Há alguns elementos que podem ser explorados para monitorar os processos de formação dentro de uma abordagem participativa.

CONSTRUIR UM PLANO DE M&A SISTEMÁTICO E REALISTA

Independente da abordagem a ser adotada pelo monitoramento e avaliação, a construção de um plano, ainda que simples, quando do planejamento do projeto garante coerência entre as diferentes partes da intervenção, além de rigor e transparência do próprio monitoramento. Um plano que defina uma linha de base para ao menos alguns indicadores centrais e estabeleça, dentro das atividades planejadas, momentos para coleta de dados, pode integrar o M&A na execução do projeto de forma mais orgânica, e reduzir a carga de trabalho nos períodos de relatoria.

"NENHUM NÚMERO SEM HISTÓRIA, NENHUMA HISTÓRIA SEM NÚMERO"

Desafiar a hierarquia dos dados significa propor igualdade no tratamento da sua relevância, sem sobrevalorizar dados quantitativos

em detrimento dos qualitativos. Há diferentes formas de produzir e expressar conhecimento e reconhecer as assimetrias no reconhecimento dessas formas é um passo importante para desenvolver ferramentas que captem evidências de forma mais ampla.

ASSEGURAR DIVERSIDADE NA COLETA DE DADOS

Utilizar uma variedade de metodologias qualitativas, quantitativas e participativas permite revelar dinâmicas e mudanças de forma mais abrangente e valoriza a diversidade de perspectivas. Isso inclui valorizar métodos menos tradicionais de coleta de dados: por vezes um vídeo sobre um evento ou registros de um grupo de whatsapp são negligenciados como meios de verificação, mas podem trazer informações importantes sobre o desenvolvimento e impacto de atividades. Ainda que não possibilitem análise estatística, representam excelentes oportunidades para coleta qualitativa. Em tais circunstâncias, é essencial estabelecer previamente com as participantes processos de consentimento sobre divulgação de informações.

PARA ALÉM DO MAPEAMENTO

Considerando que a desigualdade baseada em gênero é sistêmica e estrutural, uma contribuição de um M&A participativo e de base feminista pode ser ir além de documentar as posições relativas das mulheres nos contextos onde vivem e sim fazer perguntas sobre as razões que as colocam nessas posições. Esse enfoque em dinâmicas de poder, particularmente de gênero, deve pautar todo o processo de monitoramento, em linha com o entendimento de que o M&A é uma atividade política. Significa também que as participantes do projeto devem

ter um papel na descrição dos processos envolvidos, na análise dos resultados e no julgamento quanto ao resultado das atividades.

PROPOSTA DE INDICADORES

Considerando os objetivos e resultados esperados do projeto “Construindo capacidades e compartilhando experiências para uma economia inclusiva”, propusemos alguns indicadores preliminares que poderiam revelar os impactos dos eixos de formação feminista, de assistência técnica com base na agroecologia e de comercialização. A tabela abaixo inclui alguns destes indicadores sugeridos, de forma a dar seguimento à discussão sobre o monitoramento do projeto. Tais indicadores buscam jogar luz sobre tópicos como aumento na renda e na diversidade da produção das mulheres, incremento desta mesma produção (para venda e auto-consumo), maior autonomia com relação a insumos externos e ao trabalho dos maridos, aumento da participação da juventude, capacidade de articulação e formação de redes e sistematização de conhecimentos tradicionais.

Esses aspectos não constituem de forma alguma uma lista exaustiva, podendo ser revisados e acrescidos de outros, mas podem, com uma quantidade suficiente de dados, ilustrar dimensões importante da trajetória de autonomia destas mulheres. Primeiras rodadas de coleta de dados poderiam inclusive formar uma linha de base para comparações no futuro, caso a intervenção continue. Um plano de monitoramento que contemple esse e outros indicadores considerados importantes, com dados coletados continuamente e com participação ativa das mulheres dos grupos, certamente gerará insumos adicionais e mais sistemáticos para reforçar a importância dessa experiência única de construção de uma economia inclusiva.



Objetivo	Resultado	Indicadores potenciais	Formas de verificação
OBJETIVO 1: Capacitar mulheres agricultoras e de comunidades tradicionais no desenvolvimento de práticas agroecológicas e criação de mercados locais	Aumento da produção de alimentos por meio de práticas sustentáveis	Maior diversidade nas cestas	Registros na caderneta agroecológica / Relatos das mulheres sobre auto-consumo / Tabelas de oferta para os grupos de consumo
	Conhecimentos tradicionais das mulheres sistematizados	Incremento na produção e distribuição de fitoterápicos / Quantidade de materiais que guardem relação com conhecimentos tradicionais (livros de receitas, etc) / Intercâmbio de conhecimentos entre as mulheres	Registros na caderneta agroecológica / Tabelas de oferta para os grupos de consumo/ Materiais produzidos pelo projeto
	Insumos para produção agroecológica produzidos localmente e a baixo custo	Produção de mudas / caldas / atividades sobre produção de insumos	Relatórios de atividades de produção de insumos / Relatos das mulheres sobre acesso a insumos
OBJETIVO 2: Realizar capacitações que relacionem o empoderamento pessoal das mulheres ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades	Ampliação da distribuição e acesso de alimentos saudáveis	Quantidade de pessoas envolvidas nos grupos de consumo e compras coletivas / Contratos estabelecidos com PAA e PNAE	Registros da SOF e grupos de consumo / contratos com mercados institucionais
	Aumento da capacidade de agência das mulheres rurais	Aumento na renda verificado / Utilização da renda / Instâncias de organização das mulheres criadas/ reforçadas / Formação de redes entre as mulheres / Número de mutirões realizados	Balancos dos resultados do processo de comercialização / Relatos das mulheres sobre aumento e utilização da renda / Relatórios de atividades
	Ampliação do envolvimento das jovens com o meio rural e a atividade econômica da agricultura	Quantidade de jovens (15-29) que participam das atividades de formação / Quantidade de jovens envolvidas nos grupos de consumo	Relatórios das atividades do projeto / Registros dos grupos de comercialização
	Mecanismos de enfrentamento à discriminação e à violência doméstica e sexual desenvolvidos nas comunidades	Aumento na demanda por parte das participantes para discussão do tema / Número de vezes que o tema é discutido nos grupos / Participação de mulheres dos grupos em campanhas da SOF / Ferramentas de apoio desenvolvidas pelos grupos	Relatos de Seminários e outras atividades / Relatos das mulheres sobre tema / Registros de campanhas da SOF (audiovisual)
	Programa de capacitação que combina a autonomia pessoal e econômica sistematizado em diálogo com as organizações parceiras	Quantidade de atividades de sistematização de conhecimentos / pessoas envolvidas na sistematização de conhecimentos / ferramentas desenvolvidas (publicações, guias, etc)	Relatório parcial de atividades / Feedback de organizações parceiras
OBJETIVO 3: Sistematizar a experiência desenvolvida em diálogo com o trabalho realizado pela Christian Aid em acesso a mercados inclusivos e justiça de gênero na América do Sul	Proposta de novas abordagens na resposta a problemas relativos à promoção de uma economia inclusiva que considere o enfrentamento às desigualdades de gênero e as necessidades imediatas das comunidades contribuindo para o enfrentamento de problemas similares em outras regiões	Número de atividades com parceiros regionais / internacionais / Materiais de sistematização produzidos / Intercâmbios com outros parceiros e organizações	Relatórios de atividades / Materiais de comunicação / Publicações do projeto

BIBLIOGRAFIA

- BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (org.): *Mulheres rurais e autonomia. Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania*. Brasília: MDA, 2014.
- CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.
- COLECTIVA DEL LIBRO DE SALUD DE LAS MUJERES DE BOSTON. *Nuestros cuerpos, nuestras vidas*. La guía definitiva para la salud de la mujer latina. Boston: Siete Cuentos, 2003
- HERRERO, Yayo. “Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario”. In: Carrasco, Cristina (Org) *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Colección Viento Sur. Madrid: La Oveja Roja, 2014.
- HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam et al. “Por uma economia solidária e feminista: pesquisa-ação no Vale do Ribeira”. In: *Anais do V Simpósio Desigualdade Direitos e Políticas Públicas*, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unisinos.br/anais/eventos/vsimposio.html#749/z>.
- IBGE. *Sinopse do censo demográfico: 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284547>
- NOBRE, Miriam. “La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria”. In: FARIA, Nalu et al (Orgs.) *En busca de la igualdad: textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2013.
- NOBRE, Miriam. “Economia solidária e economia feminista: elementos para uma agenda” In: LEONE, Eugenia; KREIN, José; TEIXEIRA, Marilane (Orgs). *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. Campinas: CESIT – Unicamp, 2017.
- NOVAES, Joana. *Com que corpo eu vou? sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2010.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN (FAO). *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y Caribe 2016*. Sistemas alimentares sostenibles para poner fin al hambre y a la malnutrición. Santiago: FAO, 2017.
- PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo*. 18 ed. São Paulo: Nobel, 2006.
- REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. *Boletim técnico da agroecologia. Fossas sépticas biodigestoras*. Belo Horizonte: REDE, 2016.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Acontece SENAES*. Boletim Informativo Divulgação dos dados do SIES 2013. SENAES/MTE, Brasília, 2013.
- SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. SENAES/MTE, Brasília, 2006.
- SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Mulheres em luta por uma vida sem violência*. Brasília: CONTAG, 2017
- SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Mulheres do campo construindo autonomia: experiências de comercialização*. São Paulo: SOF, 2016.
- SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Para entender a economia feminista. E colocara lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo: SOF, 2015
- SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas*. São Paulo: SOF, 2006.
- SNSA. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2015*. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2017.
- TRATA BRASIL et al. *Ociosidade das Redes de Esgotamento Sanitário no Brasil – 2015*. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/ESMP/relatorio-completo.pdf>





ISBN 978-85-86548-29-1



9 788586 548291

Realização:



Apoio:

